

<b>1. DADOS GERAIS DO BANCO .....</b>	<b>3</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO.....	3
1.2. NÚMERO DO CNPJ .....	3
1.3. NATUREZA JURÍDICA.....	3
1.4. VINCULAÇÃO MINISTERIAL .....	3
1.5. ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE.....	3
1.6. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET .....	3
1.7. NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	4
<b>2. OBJETIVOS E METAS PARA 2005 .....</b>	<b>5</b>
2.1. PROGRAMA ESTRATÉGICO 2004-2007 .....	5
2.1.1. <i>Macroobjetivos e Metas</i> .....	5
2.1.2. <i>Resultados de 2005</i> .....	7
2.2. GESTÃO DO DESEMPENHO EMPRESARIAL .....	10
2.2.1. <i>Programa de Ação das Agências</i> .....	11
2.2.2. <i>Programa de Ação das Unidades da Direção Geral</i> .....	19
2.3. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO .....	22
2.3.1. <i>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE</i> .....	22
2.3.2. <i>Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR</i> .....	25
2.3.3. <i>CrediAmigo - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado</i> .....	26
2.3.4. <i>PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar</i> .....	28
2.3.5. <i>Programa de Crédito Fundiário</i> .....	29
2.3.6. <i>PRODETUR/NE I</i> .....	30
2.3.7. <i>PRODETUR/NE II</i> .....	32
<b>3. PARÂMETROS E INDICADORES DE GESTÃO.....</b>	<b>33</b>
3.1. GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	33
3.1.1. <i>Ativos Totais</i> .....	33
3.1.2. <i>Títulos e Valores Mobiliários</i> .....	34
3.1.3. <i>Operações de Crédito Globais</i> .....	36
3.1.4. <i>Recursos Totais</i> .....	36
3.1.5. <i>Patrimônio Líquido</i> .....	38
3.1.6. <i>Resultados</i> .....	39
3.1.7. <i>Índice de Adequação Patrimonial</i> .....	43
3.1.8. <i>Valor Adicionado</i> .....	43
3.2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	44
3.2.1. <i>PDG - Ocorrências na Programação e Realização dos Recursos</i> .....	44
3.2.2. <i>PDG - Ocorrências na Programação e Realização das Aplicações</i> .....	45
3.3. GESTÃO DE PESSOAS.....	46
3.4. GESTÃO LOGÍSTICA.....	47
3.4.1. <i>Modernização de instalações</i> .....	47
3.4.2. <i>Alienação de bens</i> .....	47
3.4.3. <i>Licitações e contratos</i> .....	48
3.4.4. <i>Produção gráfica</i> .....	48
3.5. GESTÃO DO RISCO .....	48
3.5.1. <i>Gestão do Risco de Crédito</i> .....	48
3.5.2. <i>Gestão dos Riscos Operacionais</i> .....	49
3.5.3. <i>Gestão do Risco de Mercado e de Liquidez</i> .....	49
3.6. GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS .....	50
3.6.1. <i>Combate à Lavagem de Dinheiro</i> .....	50
3.7. GESTÃO DA SEGURANÇA CORPORATIVA .....	51
<b>4. MEDIDAS ADOTADAS .....</b>	<b>52</b>
4.1. CONCLUSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MODELO DE AGÊNCIAS.....	52
4.2. PROJETO DIMENSIONAMENTO DE MERCADO – EXPANSÃO DA REDE DE AGÊNCIAS .....	52

4.3. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO BANCO .....	53
4.4. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	53
4.5. IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO - URC'S .....	54
4.6. CONVERSÃO DE OPERAÇÕES .....	54
4.7. MELHORIAS NOS PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS .....	54
4.8. ENCARTEIRAMENTO DE CLIENTES .....	55
4.9. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA JURÍDICA .....	55
<b>5. SITUAÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS .....</b>	<b>56</b>
5.1. BID (PRODETUR I, PRODETUR II, PEM E CREDIAMIGO) .....	56
5.2. BIRD – CONTRATO N. 4554-BR .....	56
5.3. EUROBÔNUS/ EUROYENES .....	57
5.4. CREDIAMIGO .....	57
<b>6. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS .....</b>	<b>58</b>
6.1. FUNDOS ADMINISTRADOS .....	58
6.1.1. <i>Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI</i> .....	58
6.1.2. <i>Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE</i> .....	60
6.1.3. <i>Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR</i> .....	60
<b>7. CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE .....</b>	<b>62</b>
7.1. IDENTIFICAÇÃO .....	62
7.2. DEMONSTRATIVO ANUAL .....	62
7.2.1. <i>Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes</i> .....	62
7.2.2. <i>Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes</i> .....	62
7.2.3. <i>Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora</i> .....	62
7.2.4. <i>Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora</i> .....	62
7.2.5. <i>Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições</i> .....	63
7.2.6. <i>Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal</i> .....	64
7.2.7. <i>Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar</i> .....	64
7.2.8. <i>Parecer da Auditoria Independente</i> .....	64
<b>8. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO .....</b>	<b>65</b>
8.1. TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS MEDIANTE O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO .....	65
8.2. TOTAL DE SAQUES REALIZADOS MEDIANTE O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO .....	65
8.3. SÉRIE HISTÓRICA DE GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO .....	65
<b>9. CONTEÚDO ESPECÍFICO DA UNIDADE .....</b>	<b>66</b>
<b>10. CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>67</b>

## **1. DADOS GERAIS DO BANCO**

---

### **1.1. Identificação**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB é uma instituição financeira de caráter múltiplo, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal.

Dentre outras atribuições, compete ao BNB administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, instituído pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, e que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O BNB é também o agente financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, reformulado pela Lei 8.167, de 16 de Janeiro de 1991, que sofreu modificações em função da edição da MP 2.199, de 24/08/2001 (reedição da MP 2058 de 24.08.2000), cujos recursos são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimento (UGFIN).

A área de atuação do BNB abrange os municípios dos nove estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha), e também o norte do Espírito Santo.

O Banco está autorizado a realizar operações ativas, passivas e acessórias inerentes a diversas carteiras (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, bem como garantir créditos concedidos no País e no exterior em benefício de empreendimentos localizados no Brasil.

### **1.2. Número do CNPJ**

07.237.373/0001-20

### **1.3. Natureza jurídica**

Pessoa jurídica de direito privado.

### **1.4. Vinculação ministerial**

Ministério da Fazenda.

### **1.5. Endereço completo da sede**

Av. Paranjana, 5700 – Passaré. Fortaleza-CE. CEP: 60.740-000. PABX: 85 - 3299.3041/85 - 3299.3050. FAX: 85 - 3299.3674.

### **1.6. Endereço da página institucional na Internet**

[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

## **1.7. Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada**

O BNB foi criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952. Sua missão institucional é “*impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região*”. Para tanto, além do aporte de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o BID.

## 2. OBJETIVOS E METAS PARA 2005

### 2.1. Programa Estratégico 2004-2007

O Programa Estratégico 2004-2007 aprimora-se a cada ano em função de resultados já alcançados, de novas diretrizes governamentais, no que tange a políticas de desenvolvimento regional, bem como de indicações dos cenários prospectados. A partir dessas referências, novos desafios foram assumidos pelo Banco em 2005, destacando-se:

- elevação da meta de aplicação do FNE, tendo em vista a prospecção de projetos importantes para a Região;
- expansão do apoio aos agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como instrumento de política de inserção social e do microcrédito;
- elevação das metas da Área Comercial (Captação de Recursos, Câmbio, Crédito Comercial e Receitas de Prestação de Serviços), buscando seguir as tendências do sistema bancário, fortalecer a ação de desenvolvimento da região, reduzir riscos e contribuir para a auto-sustentabilidade do Banco;
- adequação da meta de adimplência à melhoria progressiva do desempenho do Banco no retorno dos créditos.

#### 2.1.1. Macroobjetivos e Metas

Os macroobjetivos e metas do Programa Estratégico, estabelecidos para o período de 2004-2007, reforçam a missão do Banco, contemplando desde pequenos empreendimentos rurais e urbanos a operações estruturadoras do desenvolvimento da região, inclusive de infraestrutura. Ademais, consolidam um patamar de rentabilidade para o Banco, sustentado com a ampliação do esforço de captação e crédito de curto prazo. Em 2005, o Programa Estratégico 2004-2007 teve a seguinte composição:

**Quadro 1 – Macroobjetivos e Metas**

Macroobjetivo		Natureza da meta	Metas anuais			
			2004(*)	2005	2006	2007
1	Fomentar a estrutura produtiva da Região, com financiamento de projetos sustentáveis no montante de R\$ 12,6 bi.	R\$ Milhões – Contratação de Ops com FNE	2.760	3.150	2.920	2.000
		R\$ Milhões – Contratação de Ops com BNDES	-	-	-	750
		R\$ Milhões – Contratação de Ops com FAT	-	-	230	750
		Total	2.760	3.150	3.150	3.500
2	Expandir a atuação em apoio aos agricultores familiares, com aplicação de recursos no montante de R\$ 3,6 bi.	R\$ Milhões – Contratação de Ops com FNE	448	850	980	1.000
		R\$ Milhões – Contratação de Ops com STN	248	10	10	78
		Total	696	860	990	1.078
3	Ampliar a participação no mercado elegível de microfinança urbana de 4% para 15%.	% de Participação no mercado elegível	6%	10%	11,50%	15%
		R\$ Milhões - Saldo Médio de carteira ativa	88	112	145	190
		Quantidade de clientes ativos	152.486	213.500	230.000	300.000

Macroobjetivo		Natureza da meta	Metas anuais			
			2004(*)	2005	2006	2007
4	Investir na infra-estrutura, fortalecimento institucional, planejamento e capacitação dos Pólos de Turismo, com a subcontratação de US\$ 400 mi, do PRODETUR II.	US\$ Milhões – valor BID e contrapartida local	35,5	100	264,5	-
5	Ampliar em 27% a base de clientes.	Quantidade de clientes encarteirados	-	-	243.000	274.000
		Quantidade de novas agências a serem instaladas	-	-	5	15
6	Maximizar receitas na área comercial no valor das despesas de pessoal.	% de cobertura das desp. de pessoal com receitas da área coml (**)	-	30%	60%	100%
		Captção de Recursos R\$ Milhões (Saldo Médio Captado)	923	1.340	1.735	2.160
		Crédito Comercial R\$ Milhões (Saldo Médio Devedor)	52	306	611	1.493
		Câmbio R\$ Milhões (Saldo Médio Devedor)	74	200	315	520
		Tarifas da área coml R\$ Milhões (Valor arrecadado para o ano)	-	-	63	84
		Seguridade R\$ Milhões (Comissão)	-	-	5	10
7	Maximizar o retorno dos créditos.	% de adimplência das operações de crédito	88%	95%	96%	97%
		R\$ Milhões (para recuperar de créditos inadimplidos ou prejuizados)	1.092	1.000	800	800
8	Atingir rentabilidade anual de 12%.	% Rentabilidade anual	11%	10%	12%	12%
9	Aprimorar mecanismos de gestão.	Quantidade de oportunidades de treinamento	9.278	15.000	20.000	20.000
		Quantidade de pessoas treinadas em Programas de Desenvolvimento Gerencial	60	830	1.118	560

Macroobjetivo	Natureza da meta	Metas anuais			
		2004(*)	2005	2006	2007
	% da força de trabalho da célula de retaguarda das agências a ser liberada para a área negocial das agências	-	-	10%	30%
	Ampliar o número de processos para verificação da conformidade	-	-	3	6
	% de conformidade nos processos de concessão de crédito na 1ª. verificação.	-	-	80%	100%
	eficiência no consumo de energia elétrica – (% de redução Kwh/m2)	-	-	10%	5%
	eficiência no consumo de material de expediente (% de redução com aquisição)	-	-	15%	10%

(\*) Corresponde ao realizado no ano

(\*\*) Meta definida para o mês de dezembro de cada ano

### 2.1.2. Resultados de 2005

O quadro abaixo apresenta os resultados alcançados em 2005 diante das metas estabelecidas para os Macroobjetivos.

**Quadro 2 – Cumprimento dos Macroobjetivos do Programa Estratégico no ano de 2005**

Macroobjetivo	Natureza da meta	2005			
		Meta	Realizado	Indicador	
1	Fomentar a estrutura produtiva da Região, com financiamento de projetos sustentáveis no montante de R\$ 12,6 bi.	R\$ Milhões – Contratação de Ops com FNE	3.150,00	3.080,9*	98%
2	Expandir a atuação em apoio aos agricultores familiares, com aplicação de recursos no montante de R\$ 3,6 bi.	R\$ Milhões – Contratação de Ops com FNE	850,0	1.045,9	123%
		R\$ Milhões – Contratação de Ops com STN	10,0	5,2	52%
3	Ampliar a participação no mercado elegível de microfinança urbana de 4% para 15%.	% de Participação no mercado elegível	10,0%	9,8%	98%
		R\$ Milhões - Saldo Médio de carteira ativa	112,0	114,0	102%
		Quantidade de clientes ativos	213.500	195.449	92%

Macroobjetivo		Natureza da meta	2005		
			Meta	Realizado	Indicador
4	Investir na infraestrutura, fortalecimento institucional, planejamento e capacitação dos Pólos de Turismo, com a subcontratação de US\$ 400 mi, do PRODETUR II.	US\$ Milhões – valor BID e contrapartida local	100,0	100,0	100%
5	Ampliar em 27% a base de clientes.	Quantidade de clientes encarteirados	-	-	-
		Quantidade de novas agências a serem instaladas	-	-	-
6	Maximizar receitas na área comercial no valor das despesas de pessoal.	% de cobertura das desp. de pessoal com receitas da área coml (meta para dezembro/2005)	30%	22%	75%
		Captação de Recursos - R\$ Milhões (Saldo Médio Captado)	1.340,0	1.309,4	98%
		Crédito Comercial - R\$ Milhões (Saldo Médio Devedor)	306,0	239,4	78%
		Câmbio - R\$ Milhões (Saldo Médio Devedor)	200,0	195,4	98%
		Tarifas da área comercial - R\$ Milhões (Valor arrecadado para o ano)	-	-	-
		Seguridade - R\$ Milhões (Comissão)	-	-	-
7	Maximizar o retorno dos créditos.	% de adimplência das operações de crédito	95%	90%	94%
		R\$ Milhões (para recuperar de créditos inadimplidos ou prejuizados)	1.000,0	663,3	66%
8	Atingir rentabilidade anual de 12%.	% Rentabilidade anual	10%	12%	122%
9	Aprimorar mecanismos de gestão.	Quantidade de oportunidades de treinamento	15.000	14.352	96%
		Quantidade de pessoas treinadas em Programas de Desenvolvimento Gerencial	830	781	94%

(\*) O valor realizado não inclui repasse a outros bancos.



Do conjunto de metas previstas para 2005, decorrentes do Programa Estratégico 2004-2007, constatou-se um quadro positivo nos resultados da maioria das metas definidas para o ano destacando-se a aplicação de recursos do FNE no fomento às estruturas produtivas da região, com cumprimento de 98% da meta, e no PRONAF, 122%. O resultado no FNE decorreu tanto do esforço das agências, quanto da demanda por recursos para investimento. A melhoria no processo do PRONAF propiciou maior agilidade no atendimento aos agricultores familiares.

Destaque-se a condição satisfatória de liquidez do Banco possível também em função do volume de captação no mercado de varejo, quando o Banco apresentou valor realizado próximo à meta, obtendo um índice de 98%.

O Banco superou a meta de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, com índice equivalente a 122% do previsto.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE, foi atingido o objetivo de liberações de recursos. Contribuiu para o resultado a atuação do Banco junto às Unidades Executoras do programa em cada estado, com a disponibilização de consultores para orientar a preparação dos projetos e assim avançar na contratação de subempréstimos e na execução dos subempréstimos já contratados.

Quanto ao desempenho no mercado de microfinanças, o Banco apresentou desempenho satisfatório na participação do mercado em 2005, com um resultado de 98% em relação ao planejado.

Para os investimentos em câmbio, o incremento no saldo médio emprestado dessa linha de crédito é superior ao crescimento das exportações e importações da área de atuação do banco, revelando uma maior participação de mercado que no ano anterior.

Por conta do resultado no crédito de curto prazo ter sido inferior ao planejado, ele não foi suficiente para atingir a meta de cobrir 30% das despesas com pessoal, prevista para dezembro/2005.

O desempenho diante da meta de reembolso de clientes adimplentes e/ou em atraso até 60 dias foi de 94%. Em todos os meses de 2005, o índice de adimplência do Banco se manteve superior aos do mesmo período do ano anterior.

Já quanto aos valores recuperados dos créditos em situação de atraso superior a 60 dias e/ou em situação de prejuízo, o Banco realizou 66% do planejado. Cabe registrar, no entanto, que as renegociações de dívidas ocorridas foram amparadas somente nas normas comuns de administração de crédito do Banco, não tendo havido medida governamental para renegociação de dívidas do setor rural, que representa cerca de 64% do nosso ativo operacional. Ainda, até o final do exercício de 2005, foram instaladas as unidades de recuperação de crédito com o objetivo de ampliar o retorno dos créditos inadimplidos.

## 2.2. Gestão do Desempenho Empresarial

Para o cumprimento das metas definidas no Programa Estratégico, a gestão do desempenho empresarial ocorre conforme figura abaixo.

Figura 1 – Gestão do Desempenho Empresarial



A gestão do desempenho empresarial visa, por meio do Programa de Ação, sistematizar a avaliação do desempenho de todas as unidades do Banco e faz-se necessária como forma de acompanhar a implantação das decisões estratégicas. O pressuposto é que as unidades sejam avaliadas por meio de indicadores de desempenho em função das principais estratégias definidas pelo Banco.

Os indicadores de desempenho utilizados pelo Banco permitem avaliar o grau de cumprimento de sua missão institucional, dos objetivos comerciais e da sua eficiência operacional, não sendo passível de comparação, em algumas circunstâncias, com os índices utilizados no mercado para bancos com características puramente de lucratividade de curto prazo.

O Programa de Ação tem a seguinte estrutura:

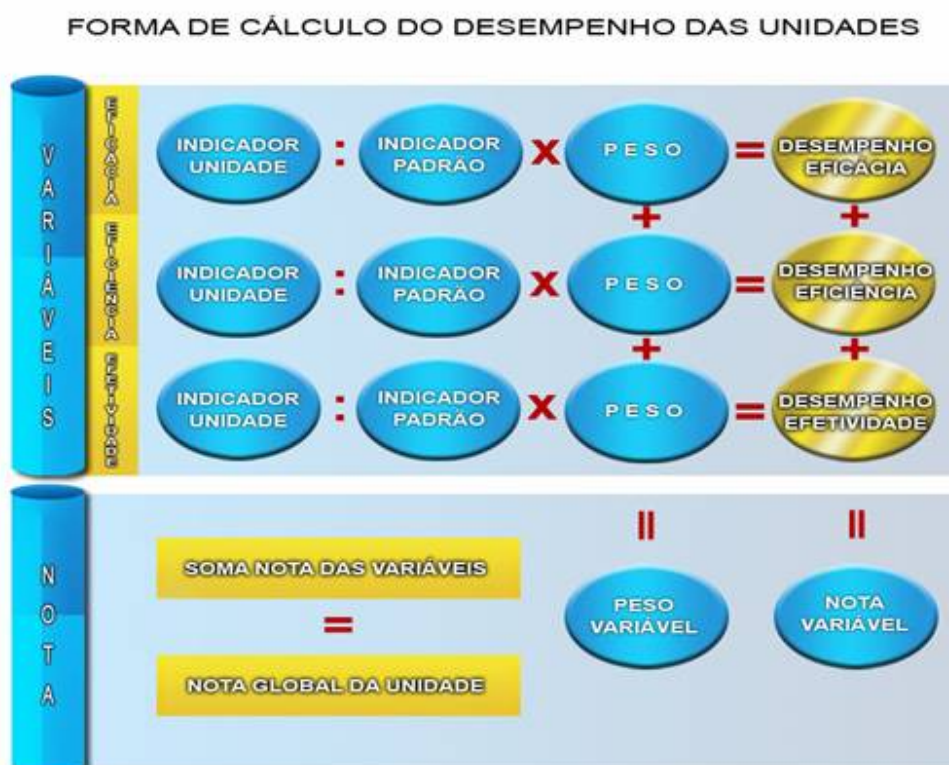
- Variáveis: são definidas para viabilizar os macroobjetivos e representam as principais linhas de ação do Banco no período, o que permite aferir a performance de todas as unidades organizacionais. A avaliação de desempenho das unidades acontece a partir das variáveis que têm suas metas, indicadores e pesos (prioridade estratégica);
- Projetos: visam à implementação dos macroobjetivos e estratégias constantes do programa estratégico e são definidos somente pelas unidades da Direção Geral. O

acompanhamento é feito pela execução física do projeto, com o registro do estágio de realização pelas respectivas unidades;

- Metas: são os resultados (quantitativos ou qualitativos) que a unidade pretende realizar e podem ser expressas por diversas formas: reais, quantidade, nota, índice, etc.

A avaliação de desempenho das unidades está representada através do desempenho global que corresponde ao somatório de pontos obtidos em todas as variáveis. Na apuração do resultado da variável é considerado o somatório dos resultados obtidos em cada indicador (eficácia, eficiência e efetividade), conforme a sua composição, apresentada a seguir:

**Figura 2 – Forma de cálculo do desempenho das unidades**



A avaliação de desempenho é realizada mensalmente e proporciona a todos os gestores do Banco um melhor gerenciamento no sentido de alcançar maiores resultados.

O Programa de Ação foi ampliado para todas as unidades do Banco do Nordeste em 2005, com a inclusão, em fase experimental, de variáveis para medir o desempenho do programa de desenvolvimento territorial, que envolve os agentes de desenvolvimento, e das unidades da Direção Geral. Com isso, o planejamento avançou no nível de integração entre objetivos estratégicos, metas e ações operacionais, bem como entre agências e Direção Geral.

### 2.2.1. Programa de Ação das Agências

Refletindo as prioridades definidas no programa estratégico, as agências foram avaliadas por indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, relacionados a cada uma das

variáveis que compõe o Programa de Ação, conforme abaixo, e os resultados apurados e divulgados pelo Ambiente de Planejamento (coordenador do programa de ação).

**Quadro 3 – Variáveis e Indicadores de Desempenho do Programa de Ação das Agências**

Variável	Indicadores de desempenho		
	Eficácia	Efetividade	Eficiência
PRONAF	Valor contratado com PRONAF/Meta	Quantidade de operações do PRONAF grupos A/C, C, D, E e linhas de crédito Agroindústria, Semi-Árido, Floresta, Mulher e Jovem / (quantidade de municípios da jurisdição) * 20	-
Crédito Especializado	Valor contratado FNE, menos PRONAF /Meta	Quantidade de municípios atendidos com crédito FNE (exceto PRONAF A e B) / quantidade de municípios da jurisdição.	-
Crédito Comercial	Valor Contratado Realizado / Meta	Valor Saldo Médio Devedor Realizado / Meta	-
Câmbio	Valor Realizado de Saldo Médio de Câmbio / Meta	-	-
Captação de Negócios	Valor Projetos Autorizados / Meta	Valor de Financiamentos Gerados pela Agência / Valor Projetos Autorizados	-
Seguridade	Valor Realizado de Vendas de Prêmios de Seguros e Títulos de Capitalização / Meta	-	-
Captação de Recursos	Valor Realizado de Saldo Médio Captado Ponderado / Meta	-	-
Adimplência	Índice de pontualidade + Índice de renegociação = Índice de Adimplência	-	-
Recuperação de Crédito	Valor Recuperado (renegociação + espécie) / Meta	Percentual de redução do Índice de Inadimplência / Meta de redução	-

Variável	Indicadores de desempenho		
	Eficácia	Efetividade	Eficiência
Receitas de Prestação de Serviços	Receitas de Prestação de Serviços / Meta	-	Receitas de Prestação de Serviços + Taxa de Administração do FINOR e de Fundos de Investimento/ Valor Despesas Administrativas Totais (inclusive de pessoal)
Despesas Administrativas	Valor das Despesas Previsto (Meta) / Valor das Despesas Realizado	-	-
Resultado Operacional	{(Resultado Operacional Obtido - Meta de Resultado Operacional) / Módulo (Meta de Resultado Operacional) } + 1	-	Resultado Operacional Obtido / Valor Despesas Administrativas Totais (inclusive pessoal)
Nota da Auditoria Interna	Nota da Auditoria Interna	-	-
Expansão da Base de Negócios	Quantidade de operações contratadas com recursos do FNE com empresas de Micro, Pequeno e Médio Portes não rurais / Meta	-	-

O quadro a seguir apresenta os resultados das variáveis do Programa de Ação das Agências, em 2005:

**Quadro 4 – Resultados do Programa de Ação das Agências em 2005**

Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
Crédito Especializado - FNE	R\$ Milhões	3.150,0	3.080,9*	98
PRONAF	R\$ Milhões	860,0	1.051,0	122
	Quantidade de Operações (**)	39.320	69.857	178
Crédito Comercial	Contratações em R\$ Milhões	782,9	808,5	103
	Saldo Médio em R\$ Milhões	306,0	239,3	78
Câmbio	Saldo Médio em R\$ Milhões	250,0	195,4	78
Captação de Negócios	Projetos Autorizados em R\$ Milhões	1.400,0	1.904,5	136
	Projetos Contratados em R\$	700,0	801,7	115

Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
	Milhões			
Seguridade	R\$ Milhões	27,5	15,7	57
Captação de Recursos	Saldo Médio em R\$ Milhões	1.340,0	1.309,4	98
Adimplência	Índice	Receber 95% (dos reembolsos clientes adimplentes e/ou c/atraso de até 60 dias)	89,3	89
Recuperação de Crédito	R\$ Milhões	1.000,0	663,2	66
	Índice de Inadimplência	Reduzir em 9% índice de dez/2004	0,0	
Receitas de Prestação de Serviços	R\$ Milhões	131,5	90,2	69
Despesas Administrativas	R\$ Milhões	99,4	94,5	105
Resultado Operacional	R\$ Milhões	664,4	422,6	64
Nota da Auditoria Interna	Nota	10,0	8,1	80
Expansão da Base de Negócios	Quantidade	4.725	4.354	92

(\*) O valor realizado não inclui repasse a outros bancos.

(\*\*) Quantidade de operações do PRONAF grupos A/C, C, D, E e linhas de crédito Agroindústria, Semi-Árido, Floresta, Mulher e Jovem, conforme indicador descrito no quadro anterior.

### Crédito Especializado – FNE

Alguns fatores que contribuíram para a contratação de R\$ 3.080,9 milhões foram ajustes na integração de sistemas de crédito, inclusão do setor de comércio e serviços no público-alvo do programa de aquisição de matéria-prima e insumos, atualização de políticas de financiamento, com revisão de parâmetros para atendimento aos empreendimentos dos segmentos de turismo, mamona-óleo-biodiesel, cana-de-açúcar e derivados, carcinicultura e pecuária e, também, ações de atração de investimentos e de divulgação das linhas de financiamento do Banco por meios de comunicação de massa.

Destaca-se, quanto ao desempenho no número de municípios atendidos com FNE, o monitoramento da rede de agências realizado pelas Superintendências Estaduais com esse objetivo.

### PRONAF

O desempenho satisfatório do Banco na operacionalização do PRONAF se deve ao gerenciamento que vem sendo adotado pelo Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e

Programas de Crédito Fundiário e pelas Superintendências Estaduais, às medidas colocadas em prática que permitiram maior agilidade ao processo de concessão de crédito, à criação da função de Gerente de Negócios que coordena o PRONAF em cada estado e à criação da função de Gerente de Suporte a Negócios que, dentre outras atividades, tem a responsabilidade de gerenciar a carteira do PRONAF nas agências.

### Crédito Comercial

O crédito comercial do Banco alcançou o maior percentual de crescimento em relação aos números apresentados desde 2003.

**Quadro 5 – Comparação dos valores contratados em operações de crédito comercial de 2003 a 2005**

Valores contratados (R\$ Milhões)			Variação 2003-2005 (%)
2003	2004	2005	
230,60	262,10	808,50	250,5

Foram tomadas algumas medidas que contribuíram para tal crescimento, como a revisão dos fluxos do processo de crédito e a modificação de estruturas organizacionais para melhorar o gerenciamento das carteiras de clientes.

Apesar do crescimento alcançado, a meta de saldo médio não foi atingida. Em algumas modalidades, apesar da abertura da linha de crédito, a utilização dos recursos depende da decisão do cliente, a exemplo das contas garantidas. O grau de utilização das linhas foi bem abaixo das expectativas mesmo considerando que as taxas do BNB são menores em relação aos demais bancos públicos. De qualquer forma, havia também a expectativa da liberação de sistema tecnológico mais competitivo para concessão, controle e administração das operações, o que ainda não foi possível mas que será solucionado com a aquisição dos sistemas no mercado, o que vai permitir massificar o crédito, elevar receitas e reduzir custos.

### Câmbio

A valorização do Real frente ao Dólar norte americano, em torno de 11,5%, agiu como redutor do crescimento das exportações nacionais e por sua vez como um obstáculo ao cumprimento da meta traçada pelo Banco.

No entanto, vale destacar a elevação na participação no mercado de câmbio comercial, pois enquanto o volume de negócios registrados pela balança comercial brasileira no ano de 2005 cresceu em torno de 20%, o crescimento das operações de crédito do BNB na área de câmbio ficou em 108%, o que representa uma efetiva elevação de 73,3% do *market share* do Banco em relação ao ano de 2004.

A carteira de câmbio atingiu, em 31/12/2005, um saldo contábil de R\$ 241,5 milhões, contra R\$ 127,9 milhões no final do ano passado, uma evolução de cerca de 89%. Fato também relevante é que, somada a movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2005, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, o volume ultrapassa a cifra de R\$ 1,35 bilhão, em 1.753 contratações.

### Captação de Negócios

A meta da variável captação de negócios representa o esforço desenvolvido pelas agências localizadas em capitais fora do Nordeste na prospecção qualificada de projetos. Uma das ações que contribuíram para a superação da meta foi a participação em fóruns de caráter de

promoção de investimentos, aproximando o Banco de potenciais investidores interessados em melhor conhecer a Região.

### **Seguridade**

Em 2005, algumas medidas foram tomadas para a realização de negócios com vendas de seguros e títulos de capitalização. A Diretoria do Banco aprovou o novo modelo de seguridade. A parceira da CAMED Seguradora foi selecionada. Apesar da aprovação da escolha dos parceiros (seguradoras) que irão operacionalizar os produtos de títulos de capitalização, seguros e previdência privada, o início das negociações com as empresas e as manutenções requeridas em sistemas demoraram mais do que o previsto e, em parte, impactaram os resultados.

### **Captação de Recursos**

Foi obtido um resultado equivalente a 98% da meta estabelecida. Ao longo do exercício, foi realizado um acompanhamento da demanda por crédito em relação aos recursos disponíveis, tendo sido constatado não ser necessária a adoção de uma política mais agressiva no tocante a elevação das taxas pagas na captação de recursos.

### **Adimplência**

O Banco obteve 94% de realização da meta prevista para o ano. Dentre ações de gerenciamento do retorno de créditos sem atraso e/ou em atraso até 60 dias, destaca-se remessa de planilhas eletrônicas pela Direção Geral à rede de agências com informações sobre prestações vincendas e vencidas há até 60 dias.

A meta não foi atingida motivada, em grande parte, pelo elevado volume de operações realizadas na área rural. Os fatores adversos a que estão sujeitos os empreendimentos localizados na região semi-árida dificultaram o cumprimento do índice esperado.

### **Recuperação de Crédito**

A meta de recuperação de crédito é definida anualmente, no mês de dezembro de cada ano, com base no estoque das operações inadimplidas. No exercício de 2005, o Banco estabeleceu a meta de recuperação de crédito em R\$ 1 bilhão, valor correspondente ao percentual de 10,7% do estoque de operações inadimplidas (R\$ 9,3 bilhões – posição em 31/12/2004).

O resultado obtido, no valor de R\$ 663,2 milhões, em comparação com a meta anual, ficou abaixo do esperado. Cabe registrar, no entanto, que as renegociações de dívidas ocorridas foram amparadas somente nas normas comuns de administração de crédito do Banco, não tendo havido, portanto, medida governamental, principalmente no âmbito do crédito rural, que representa cerca de 64% do nosso ativo operacional, que pudesse alavancar a renegociação das dívidas de empreendimentos desse setor. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais do nordeste, e, ainda, a inexistência de mecanismo governamental para alongamento das dívidas rurais, nossa performance representou 66% da meta de R\$ 1 bilhão estipulada pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do seu ativo operacional, o Banco promoveu medidas e ações efetivas para a recuperação de créditos, como a criação e instalação de 10 (dez) Unidades de Recuperação de Crédito com a missão específica de conduzir os processos dos clientes com dívidas em atraso, de valor acima de R\$ 200 mil; ajuizamento das operações passíveis de cobrança judicial, de acordo com os normativos internos vigentes;



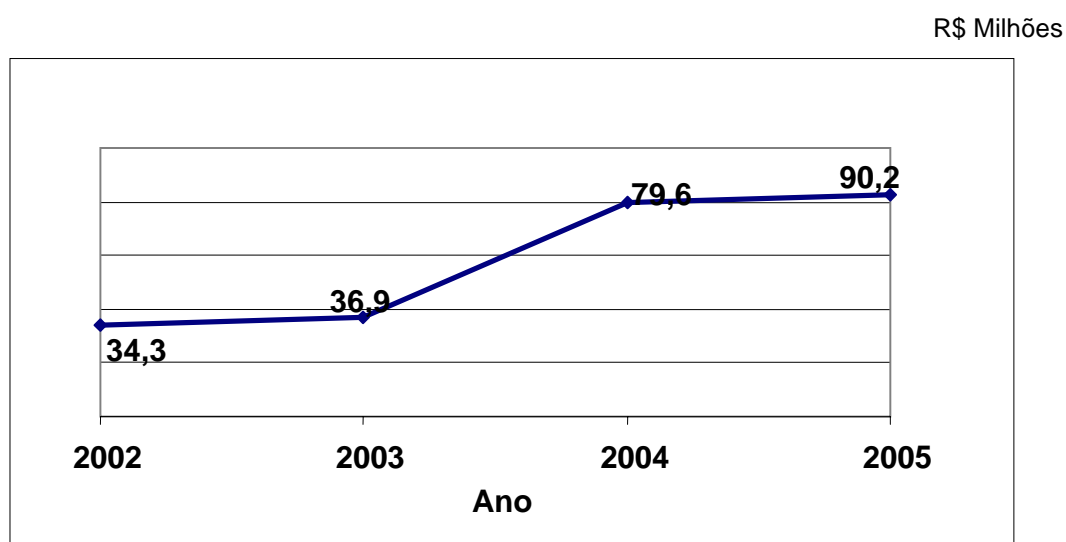
estabelecimento de contatos com clientes que estejam em litígio com o Banco, objetivando identificar possibilidades de regularização das suas dívidas junto ao BNB, principalmente aqueles com ações revisionais; reativação de cursos para colaboradores da rede de agências, relacionados a procedimentos e ações inerentes à recuperação de crédito, tais como cobrança judicial, sistema simulador de cálculo de operações de crédito e, gestão e recuperação de créditos problemáticos.

### Receita de Prestação de Serviços

A meta de receitas de prestação de serviços foi programada com a mesma expectativa de crescimento dos negócios da carteira comercial, o que não se concretizou, em função do já comentado no item *Crédito Comercial*.

Entretanto, destaca-se o resultado obtido com receitas de prestação de serviços (tarifas bancárias) na ordem de R\$ 90,2 milhões é 13% superior ao obtido em 2004.

**Figura 3 – Tarifas bancárias – Valores arrecadados de 2002 a 2005**



### Despesas Administrativas

As despesas administrativas que compõem a variável incluem despesas com viagens, comunicação, energia elétrica, aluguéis, material de expediente, dentre outras. No exercício de 2005, foi gasto um volume de recursos inferior ao previsto, o que reflete o esforço de gerenciamento desses recursos realizado pelas unidades.

### Resultado Operacional

A mensuração do Resultado Operacional se dá a partir da apuração dos resultados obtidos nas diversas aplicações efetuadas pelas agências, deduzindo-se os seus respectivos custos operacionais.

Registrou-se em 2005, um desempenho superior à meta estabelecida em 41 unidades. Outras 48 conseguiram situar-se entre 50% e 99,9% dos resultados esperados. Das 180

agências, 145 apresentaram resultado operacional positivo e 35 apresentaram desempenho operacional negativo.

O desempenho abaixo do esperado nessa variável pode ser atribuído principalmente à desconversão de operações que haviam sido convertidas anteriormente para o FNE, o que gerou novos aprovisionamentos.

### Nota da Auditoria Interna

A avaliação da Auditoria integra o Programa de Ação do Banco. A nota é representada numericamente numa escala variável ascendente compreendida entre o mínimo de 4 (quatro) e o máximo 10 (dez). A avaliação, que é feita pela equipe de auditores após o encerramento dos trabalhos, envolve no caso das agências cinco grupamentos: gestão, controles internos, eficácia e processos das áreas de crédito e administrativa. Todos têm pesos distintos e são apurados pelo Sistema de Execução de Auditorias. O desempenho das agências do Banco, auditadas ao longo do ano de 2005, está representado no seguinte quadro:

**Quadro 6 – Qualidade dos controles internos - Agências**

Avaliação	Posição 2005		Posição 2004	
	Quant. Agências	%	Quant. Agências	%
Adequado	77	43	62	37
Adequado com Fraquezas	95	53	104	61
Inadequado	8	4	3	2
TOTAL	180	100	169	100

A nota original pode sofrer variações, para mais ou para menos, considerando a tempestividade com que as recomendações são implementadas, mediante a aplicação de fatores que medem o Índice de Regularização das Ocorrências das Auditorias.

Para efeito de elaboração do quadro acima foi adotado o seguinte critério de pontuação:

- Adequado – unidades para as quais foram atribuídas notas iguais ou superiores a 8;
- Adequado com Fraquezas – para notas inferiores a 8 e superiores a 6;
- Inadequado – para notas inferiores a 6.

No Sistema 696, Programa de Ação & Avaliação de Performance são registradas sinalizações mensalmente. Como consequência, percebe-se maior acompanhamento das ocorrências registradas.

### Expansão da Base de Negócios

O Banco do Nordeste, em 2005, ampliou suas ações junto às micro e pequenas empresas da área urbana. Em julho, a Diretoria aprovou a Estratégia Empresarial para micro e pequenas empresas – MPE Conterrâneo, com a finalidade de incrementar negócios com esse segmento. Tal estratégia priorizou a realização de negócios voltados para investimento e capital de giro de até R\$ 50 mil a partir de um processo simplificado de crédito.

Nesse âmbito, foi criada a variável Expansão da Base de Negócios no Programa de Ação para 2005, com metas de quantidade de operações com as micro, pequenas e médias empresas não rurais dos setores agroindústria, indústria, comércio e serviços.

No período compreendido de julho a dezembro de 2005, o BNB definiu como meta 4.725 operações. O resultado alcançado pelo BNB foi de 4.354 operações, ou seja, 92% da meta.

### 2.2.2. Programa de Ação das Unidades da Direção Geral

A necessidade de avaliação e gerenciamento de todas as unidades que compõem o Banco faz parte do enfoque no sentido de potencializar os esforços de todas as unidades para a consecução de resultados mais amplos e efetivos para o Banco e para toda a sociedade nordestina, público-alvo da atuação do BNB. Nesse sentido, no ano de 2005 foram definidos indicadores para as unidades Direção Geral, aprimorando seu Programa de Ação.

O Programa de Ação da Direção Geral tem como principal premissa o suporte às agências para o cumprimento das suas metas, no que se refere a inovações de produtos e processos, modernização tecnológica e capacitação das pessoas. A avaliação contempla, inclusive, as Centrais de Apoio Operacional – CENOPs e Células de Contencioso e Assessoria Jurídica – CONAJs.

A seguir, modelos de avaliação das Unidades da Direção Geral, Centrais de Apoio Operacional e Células de Contencioso e Assessoria Jurídica:

**Quadro 7 – Avaliação das unidades da Direção Geral**

Variável	Definição
GESTÃO DE METAS E RESULTADOS	Reflete o desempenho das unidades responsáveis pelo gerenciamento das variáveis do Programa de Ação das Agências, Centrais de Apoio Operacional e Células do Contencioso e Assessoria Jurídica, bem como das áreas responsáveis pelo alcance das metas do Programa Estratégico. Caso não exista estreita ligação entre a atividade da Unidade com as variáveis das agências ou com os Macroobjetivos, será definido um Indicador que represente a responsabilidade básica e/ou funções da Unidade.
NOTA DA AUDITORIA INTERNA	Constitui-se de um escore atribuído pelo Sistema de Execução de Auditoria, representado numericamente numa escala variável ascendente compreendida entre 4 (quatro) e 10 (dez), por ocasião da visita “in loco” realizada pelos auditores.

Para a implementação do Programa de Ação das Centrais de Apoio Operacional (CENOPs), foram estabelecidas 04 (quatro) variáveis, cujos conceitos, indicadores e pesos estão relacionados a seguir:

**Quadro 8 – Avaliação das CENOPs**

Variável	Definição	Peso	Indicador
QUALIDADE DA ATIVIDADE DE ACOMPANHAMENTO	Verifica a eficácia da Central de Apoio Operacional (CENOP), nas atividades de acompanhamento do crédito por meio da medição direta pelas agências e Célula de Acompanhamento de Crédito, consubstanciadas principalmente nos seguintes aspectos: clareza e objetividade das informações, qualidade das sugestões apresentadas e suficiência e qualidade das informações para a tomada de decisão.	25	{{(Qualidade dos laudos medida pelas Agências da jurisdição CENOP, via preenchimento mensal de relatório, com atribuição de nota final/número de Agências da jurisdição) + (Qualidade dos laudos medida pela Direção Geral, via preenchimento mensal de relatório, com atribuição de nota final da amostragem de 2% dos laudos concluídos (*))/2}.
PRODUTIVIDADE DA ATIVIDADE DE ANÁLISE	Determina a performance e produtividade da Central de Apoio Operacional, concernente à análise, num contexto de superação da sua capacidade operacional.	35	Quantidade de análise padrão mês/capacidade operacional da Central em análise padrão mês x 1.30
PRODUTIVIDADE DA ATIVIDADE DE ACOMPANHAMENTO	Determina a performance e produtividade da Central de Apoio Operacional, concernente à atividade de acompanhamento do crédito.	30	Quantidade de acompanhamento padrão mês / capacidade operacional da Central em acompanhamento padrão mês x 1,30
NOTA DA AUDITORIA INTERNA	Constitui-se em um escore atribuído pelo Sistema de Execução de Auditoria, representado numericamente numa escala variável ascendente compreendida entre 4 (quatro) e 10 (dez), por ocasião das visita “in loco” realizada pelos auditores.	10	Nota obtida pela unidade

(\*) Somatório das notas atribuídas a qualidade dos laudos/ número de laudos amostrados

Demais Fórmulas: Qualidade mensal das análises = {(nota média das Agências de jurisdição da CENOP + Nota do COMAC)/2}

O Programa de Ação das Células de Contencioso e Assessoria Jurídica está direcionado para a verificação de desempenho das Unidades quanto ao cumprimento do prazo estabelecido pelo Ambiente Jurídico, para o ajuizamento das Autorizações de Cobrança Judicial – ACJs.

**Quadro 9 – Avaliação das CONAJs**

Variável	Definição	Peso	Indicador
AJUIZAMENTO DE COBRANÇA JUDICIAL	Constata a tempestividade das Células de Contencioso e Assessoria Jurídica na análise e ajuizamento da Autorização de Cobrança Judicial – ACJ. A Célula de Contencioso e Assessoria Jurídica deverá providenciar o ajuizamento das autorizações de cobrança judicial - ACJs enviadas pelas agências no prazo máximo de 30 dias.	100	(30 / Prazo Médio de ajuizamento das ações de recuperação de crédito x 100)

A operacionalização e gerenciamento de indicadores no âmbito do Programa de Ação das Unidades da Direção Geral funcionaram em caráter experimental nesse primeiro ano. Além disso, houve necessidade de adaptação do atual sistema de medição de desempenho e a realização de reuniões para sensibilização das pessoas para a disseminação da prática da medição.

Os indicadores balanceados em diferentes perspectivas (financeira, clientes e mercado, processos internos e pessoas) foram originados a partir das indicações de prioridades apontadas no Programa Estratégico e na responsabilidade básica de cada unidade da Direção Geral.

A inclusão de indicadores no Programa de Ação da Direção Geral foi realizada com êxito em 2005. A partir de 2006, iniciará o processo formal de avaliação de resultados.

## 2.3. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

### 2.3.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

O BNB é responsável pela aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como parte de seu papel de agente financiador do setor produtivo e da infra-estrutura sócio-econômica regional. Dessa forma, no exercício de 2005, as aplicações do FNE contemplaram os seguintes programas:

- RURAL - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste;
- AQUÍPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no Nordeste;
- INDUSTRIAL - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste;
- AGRIN - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste;
- PROATUR - Programa de Apoio ao Turismo Regional;
- COMÉRCIO E SERVIÇOS - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços;
- PROINFRA - Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste;
- PRODETEC - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico;
- FNE-VERDE - Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente;
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Grupos A, B, C, D, E, A/C, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Florestal, Pronaf Semi-árido, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares, Pronaf Agroecologia, Pronaf Recuperação das Unidades Familiares dos Agricultores Assentados).

De janeiro a dezembro de 2005, o Banco contratou um total de 531.557 operações de crédito com recursos do FNE, no montante de R\$ 4.173.934 mil, o que representa 104,35% da meta prevista para o exercício. Os quadros abaixo demonstram a distribuição das operações entre os programas operacionalizados em 2005.

**Quadro 9 – FNE – Operações Contratadas**

Grupo	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Milhões)
PRONAF	518.792	1.046,0
NÃO PRONAF	12.765	3.127,9
Total geral	531.557	4.173,9

**Quadro 10 – FNE – Desempenho Operacional**

Programa	Contratações <sup>(1)</sup>		
	Beneficiários	Valor (RS Milhões)	Operações
<b>RURAL</b>	<b>1.573.206</b>	<b>2.103,80</b>	<b>525.374</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	32.184	938,1	11.421
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	51.183	247,4	17.061
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo B)	1.279.737	424,7	426.812
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	148.095	219,8	49.365
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	30.126	109,1	10.042
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Demais Grupos)	31.350	45	10.450
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	436	50,4	182
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	95	69,3	41
<b>AGROINDUSTRIAL</b>	<b>120</b>	<b>142,9</b>	<b>120</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN)	120	142,9	120
<b>INDUSTRIAL E TURISMO</b>	<b>1.096</b>	<b>975,4</b>	<b>1.096</b>
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1.011	820,5	1.011
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	79	93,8	79
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	6	61,1	6
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>10</b>	<b>550,1</b>	<b>10</b>
Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	10	550,1	10
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>4.957</b>	<b>401,5</b>	<b>4.957</b>
Programa de Financiamento para o Setor Comercial e de Serviços e Outros	4.957	401,5	4.957
<b>Total</b>	<b>1.579.389</b>	<b>4.173,90</b>	<b>531.557</b>

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em consonância aos objetivos do Governo Federal, em ampliar o volume de aplicações do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, o Banco do Nordeste estipulou para o Programa PRONAF a meta de R\$ 850,0 milhões e alcançou o volume de aplicações de R\$ 1.051,7 milhões, o que representa 123,64% da meta planejada.

O Programa PROINFRA – Programa de Financiamento da Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste iniciou sua operacionalização somente no exercício de 2004,

realizando, naquele exercício, 11 operações de crédito, no valor de R\$ 764,9 milhões; como ação continuada, em 2005 realizou 10 operações de crédito, no valor de R\$ 550,1 milhões, totalizando no biênio 2004/2005 R\$ 1.315,0 milhões.

No que se relaciona às atividades ligadas ao processamento de matérias-primas e de produtos *in natura*, representadas pelo Setor Industrial / Agroindustrial, no ano de 2005 foram contratadas 1.131 operações, totalizando R\$ 963,5 milhões, enquanto em 2004 registrou-se a contratação de 613 financiamentos nesses setores, envolvendo recursos no montante de R\$ 544,1 milhões, com incremento de 84,5% no número de operações e 77,07% no volume de recursos.

Em síntese, a avaliação de desempenho é positiva, considerando um total de 531.557 operações contratadas em 2005, sendo 513.730 operações no âmbito do PRONAF e 17.827 operações ao amparo dos demais programas do FNE.



### **2.3.2. Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR**

O Banco do Nordeste é o agente financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, reformulado pela Lei 8.167, de 16 de Janeiro de 1991, com modificações pela edição da MP 2.199, de 24/08/2001 (reedição da MP 2058 de 24.08.2000), cujos recursos são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos – UGFIN (criado através da Portaria nº 117, de 17 de fevereiro de 2004, do Ministério da Integração Nacional).

O FINOR é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (o qual é objeto de Relatório de Gestão específico). Por força da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 (reedição da MP nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001), o FINOR foi extinto, não havendo, pois, admissão de novos projetos.

Não houve ingressos de recursos em 2005 decorrentes de opções para os Incentivos Fiscais do FINOR, não se verificando repasse ao FINOR pela Secretaria do Tesouro Nacional. No ano de 2005, o Banco recebeu do Ministério da Integração Nacional Ordem de Liberação de recursos para empresas beneficiárias do FINOR, no montante de R\$ 23,0 milhões contemplando 17 empresas. Foram efetuadas subscrições de recursos no montante de R\$ 17,8 milhões, correspondentes a ordens de liberação emitidas em 2005.

No período sob análise, o FINOR realizou 06 (seis) Leilões da Carteira de Títulos, ocasião em que foram negociadas 290,0 milhões de ações emitidas por 30 empresas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 19,7 milhões. Para aquisição dessas ações, foram utilizadas 5.092,8 milhões de cotas que representam 4,01% sobre o total de cotas em circulação registradas no encerramento do exercício (126.889,3 milhões).

### 2.3.3. CrediAmigo - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

O CrediAmigo, Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, é um forte instrumento de redução das desigualdades sociais e fortalecimento da cidadania. Proporciona a inserção competitiva dos microempreendedores no mercado, contribuindo para fortalecer e ampliar suas atividades, aumentar seus ganhos financeiros e melhorar a qualidade de vida de suas famílias, além de possibilitar a criação de novas oportunidades de ocupação produtiva nos microempreendimentos financiados.

O CrediAmigo é um programa sustentável, remunerando os capitais investidos segundo regras de mercado e cobrindo os custos de sua operacionalização. Dessa forma, a continuidade do Programa é garantida independentemente de fontes subsidiadas. A taxa de juros cobrada considera o alto custo operacional de empréstimos de pequenos valores de curto prazo – sem perder a competitividade – com uma metodologia diferenciada de crédito, e investimento em treinamento de recursos humanos.

Com 170 agências e 23 postos de atendimento e 941 assessores, o CrediAmigo leva o microcrédito a todos os Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais, Belo Horizonte, norte do Espírito Santo e Brasília. Com essa estrutura e visitas sistemáticas dos assessores, o total de municípios atendidos pelo Programa somou 1.277, dos quais 976 atendem mais de 20 clientes.

Em 2005, o CrediAmigo aumentou sua participação no mercado potencial elegível<sup>1</sup> de microempreendedores na região atendidos de 7,5% para 9%, com a meta de atingir 11,5% em 2006. O número de clientes ativos apresentou uma evolução de 19,96%. De 162.868 em 2004 o CrediAmigo passou a atender 195.378 clientes em 2005.

Ao mesmo tempo, o CrediAmigo intensificou seus esforços para promover a bancarização de pessoas de baixa renda realizando a abertura de cerca de 140 mil contas correntes direcionadas a essa população no ano de 2005.

O volume de desembolsos em 2005 foi da ordem de R\$ 548,2 milhões. Esse valor representa um crescimento de 24,34% em relação a 2004 quando foram contratados R\$ 440,9 milhões. Além disso, a capacidade operacional do Programa vem apresentando um crescimento contínuo com o aumento de operações realizadas por dia, saindo de uma média de 1.924, em dezembro de 2004, para 2.257, em 2005, representando um crescimento de 17,3% da sua capacidade operacional.

As metas do CrediAmigo inseridas no Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal englobam as ações de Assessoria Empresarial aos Microempreendedores e de Financiamento ao Micronegócio, conforme as tabelas a seguir.

A ação 9509 - Assessoria Empresarial aos Microempreendedores, inserida no Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), compreende a oferta de assessoria empresarial aos microempreendedores. A assessoria compreende o acompanhamento prestado pelo CrediAmigo aos clientes a partir da quarta renovação do empréstimo, cuja meta foi de 219.000 assessorias para 2005, a um custo unitário estimado de R\$ 5,34, conforme a seguir.

---

<sup>1</sup> Para o cálculo do mercado elegível foram consideradas 50% da quantidade de pessoas inseridas no setor informal (empregadores e conta-própria), estimado pelo Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2005, o mercado elegível para microfinanças em toda a Região Nordeste foi estimado em cerca de 2,1 milhões. A fórmula para o cálculo é a seguinte: clientes ativos realizados/ mercado elegível (somente os municípios atendidos pelo CrediAMIGO).

**Quadro 11 – Ação 9509 do Plano Plurianual do Governo Federal - Assessoria Empresarial aos Microempreendedores**

<b>Metas 2005</b>	
<b>Físicas</b>	<b>Financeiras (R\$ Mil)</b>
219.000	1.169,5

Nessa ação, o Banco obteve resultado satisfatório, ultrapassando a previsão física estabelecida para o ano de 2005. A meta física estabelecida foi superada com uma minimização dos custos financeiros previstos.

A previsão total para a meta física em 2005 foi de 219.000 assessorias, sendo efetivamente realizado o total de 284.609, realizando 130% do previsto. O orçamento financeiro dessa ação é decorrente da quantidade de assessorias prestadas e, considerando os ganhos de produtividade do programa no ano (clientes por assessor), foi reavaliada a estimativa de custo planejada para R\$ 4,00 por cada assessoria prestada.

**Quadro 12 - Resultado Ação Assessoria Empresarial aos Microempreendedores (9509)**

<b>Resultados</b>	
<b>Físico</b>	<b>Financeiro (R\$ Mil)</b>
316.637	1.266,5

A ação 9510 - Financiamento ao Micronegócio, inserida no Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) compreende a oferta de crédito a população de baixa renda, principalmente aquela que não tem acesso às instituições financeiras por não terem garantia a oferecer.

**Quadro 13 – Ação 9510 do Plano Plurianual do Governo Federal - Financiamento ao Micronegócio**

<b>Metas 2005</b>	
<b>Físicas</b>	<b>Financeiras (R\$ Milhões)</b>
625.663	553,5

Em relação a essa ação, a previsão foi de 625.663 empréstimos, sendo realizados 595.742, atingindo um percentual de execução de 95%. Quanto ao orçamento financeiro, da previsão de R\$ 553.587.518,00 de empréstimos, foi realizado R\$ 548.237.079,00, com o cumprimento de 99% da meta.

**Quadro 14 - Resultado Ação Financiamento ao Micronegócio (9510)**

<b>Resultados</b>	
<b>Físico</b>	<b>Financeiro (R\$ Milhões)</b>
595.742	548,20

### 2.3.4. PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

O PRONAF é atualmente o principal programa operacionalizado pelo Banco, voltado para a Agricultura Familiar. A Agricultura Familiar é um segmento que vem sendo priorizado pelo Governo Federal, e o PRONAF tem o objetivo de promover a geração de renda e ocupação do agricultor familiar.

Foram contratadas 518.792 operações no ano de 2005, o que equivale a 126,91% da quantidade de operações contratadas em 2004, e 151,07% do valor contratado.

**Quadro 15 – Contratações em 2005 no âmbito do PRONAF**

Fonte	Grupo do PRONAF	Quantidade de operações	Valor contratado (R\$ Milhões)
FNE	FLORESTA	142	0,6
	PRONAF A	17.061	247,4
	PRONAF B	426.812	424,7
	PRONAF C	49.365	219,8
	PRONAF AC	3.974	9,5
	PRONAF D	10.042	109,1
	JOVEM	143	0,8
	MULHER	3.022	16,5
	PRONAF E	157	3,2
	SEMI-ÁRIDO	2.989	14,1
	AGROINDUSTRIA	23	0,3
FNE Total		513.730	1.046,0
STN	PRONAF B	5.062	5,1
STN Total		5.062	5,1
Total geral		518.792	1.051,1

Em 2005 foram tomadas medidas para melhoria da operacionalização do PRONAF, no âmbito interno e externo do Banco. Dentre várias ações, destacam-se a criação da função de Gerente de Suporte a Negócios responsável pelo PRONAF nas Agências e do Gerente de Negócios responsável pelo PRONAF nas Superintendências Estaduais; a desburocratização do PRONAF que resultou em 49 alterações normativas; a assinatura de Termo de Parceria entre o Banco do Nordeste e a OSCIP Instituto Nordeste Cidadania objetivando a operacionalização do AgroAmigo, um programa de microcrédito rural baseado em metodologia específica de microfinanças rurais; a implantação do AgroAmigo em 78 agências; a realização de treinamentos e a negociação com o MDA para desburocratização do PRONAF, resultando na incorporação de 70 alterações no Manual de Crédito Rural (MCR).

## 2.3.5. Programa de Crédito Fundiário

### 2.3.5.1. Objetivos e metas

O Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, fruto de Acordo de Empréstimo entre o Governo do Brasil e o Banco Mundial, é um importante instrumento financiador da aquisição de propriedades rurais e implantação de investimentos comunitários produtivos e sociais, destinado aos agricultores sem terra ou que disponham de terras em dimensões inferiores a um módulo fiscal do Município. Esse programa é composto de dois subprogramas:

- Subprojeto de Aquisição de Terra – SAT: financiamento reembolsável da aquisição da terra com as benfeitorias pré-existentes;
- Subprojeto de Investimentos Comunitários – SIC: destinado aos beneficiários do SAT, tem por objetivo financiar, de forma não-reembolsável, a realização de inversões comunitárias produtivos e sociais.

Foram contratadas em 2005 mais operações que em 2004, como pode se verificar na tabela a seguir:

**Quadro 16 – Operações do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural**

Finalidade	Quantidade			Volume de Recursos (R\$ Milhões)		
	2004 (A)	2005 (B)	% B/A	2004 (C)	2005 (D)	% D/C
Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural	287	317	110	30,6	35,4	116

Foram realizadas ações relativas à operacionalização do Programa de Crédito Fundiário. Entre elas estão a realização de treinamento dos gerentes de negócios do PRONAF para operacionalização do Sistema de Registro de Contratação – SRC do MDA, para registro e controle das operações de Crédito Fundiário; o início da operacionalização do Programa do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural - Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC) e negociação com a Unidade Técnica Nacional para início da operacionalização do Programa de Crédito Fundiário - Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

### 2.3.6. PRODETUR/NE I

A primeira fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I), concluída em Junho de 2005, teve como principal objetivo reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico regional através de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas de expansão turística. Os principais beneficiários foram os habitantes dos municípios contemplados com projetos do Programa e os visitantes daquelas localidades.

Para atingir aquele objetivo, o Programa financiou, ao longo da sua implementação, mais de 400 projetos e ações, envolvendo investimentos em infra-estrutura, como aeroportos, saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico, construção e/ou melhoramento de rodovias, urbanização, recuperação e proteção ambiental, além da realização de ações de estudos e projetos de desenvolvimento institucional (constituídos por programas de assistência técnica e reforço institucional aos órgãos participantes do Programa).

Em relação ao limite total de recursos disponíveis para contratação nesta primeira fase, US\$ 400 milhões, foram utilizados US\$ 398,6 milhões, o que representa cerca de 99,6% da previsão original, apontando um bom desempenho por parte do BNB e o êxito do Programa no que se refere às aplicações.

Segundo avaliações realizadas pelo BID e pelo Tribunal de Contas da União, o PRODETUR/NE I teve um impacto relevante na melhoria da infra-estrutura básica dos estados da Região, notadamente quanto às condições de transporte aéreo e rodoviário e de saneamento básico. Além disso, os investimentos realizados pelo Programa também contribuíram positivamente para a geração de ocupação produtiva na Região.

Outros indicadores favoráveis referem-se ao aumento das receitas turísticas, aumento do número de estabelecimentos turísticos e aumento do PIB turístico regional que, em certa medida, são reflexo do incremento no fluxo turístico para o Nordeste. Segundo dados extraídos do Relatório Final do PRODETUR/NE I (2005), ao se analisar o comportamento deste fluxo durante a década de 90, observa-se que há um crescimento do número de turistas durante todo o período, de modo que o Programa terminou atuando nas áreas onde a demanda turística vem incrementando significativamente nos últimos anos e ampliando a oferta de turismo na Região. Os dados relacionados abaixo, extraídos do citado Relatório, corroboram esta análise.

Segundo estimativas realizadas pela CTI-NE em 2005:

- O fluxo turístico, no conjunto das capitais estaduais do Nordeste, passou de 5.037 mil turistas, em 1996, para 10.596 mil turistas, em 2004, registrando um crescimento total de 110,4% (crescimento médio anual de 10%);
- O fluxo turístico (receptivo) no âmbito dos nove estados da região saltou de 7.850 mil turistas em 1996 para 17.778 mil turistas em 2004, revelando um crescimento total de 126,5%, com taxa média anual de crescimento de 11,1%;
- Na composição do fluxo turístico para o Nordeste, o componente "Fluxo Internacional Anual" saltou de 416 mil turistas (5,3% do fluxo total) para 1.440 mil turistas (8,1% do total) entre 1996/2004, representando aumento de 246,1% no período;
- O número de turistas estrangeiros no Nordeste, que representava 15,6% dos turistas estrangeiros no Brasil, em 1996, passou para 30,6%, em 2004.

Adicionalmente, dados fornecidos pela EMBRATUR (2005) indicam que, em relação ao ranking das cidades brasileiras mais visitadas pelos turistas internacionais, em 1994 os três principais destinos do Nordeste ocupavam as seguintes colocações: Salvador (BA) – 5º, Recife

(PE) – 8º e Fortaleza (CE) – 11º. Em 2003 essas colocações passaram para 3º, 5º e 4º colocações, respectivamente.

Importante registrar que o Programa também apresentou algumas dificuldades durante o seu período de execução, resultando em casos pontuais de passivos ambientais e sociais, os quais deverão ser devidamente sanados quando da execução do PRODETUR/NE II.

Na formatação da segunda fase do programa foram devidamente considerados aspectos que poderiam ser aprimorados diante da experiência do PRODETUR/NE I, notadamente quanto à questão dos impactos socioambientais e da articulação institucional. O equacionamento de qualquer tipo de pendência, dano ou irregularidade consta como pré-requisito para a execução de projetos na próxima etapa.

Além disso o PRODETUR NE/II incorpora novos mecanismos que visam evitar ou, pelo menos, minimizar efeitos dessa natureza durante a implementação dos seus projetos, a exemplo da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), instalação de Conselho de Turismo em cada Pólo, ampliação dos meios de participação e controle social, entre outros avanços.

### 2.3.7. PRODETUR/NE II

O PRODETUR /NE II visa dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor de turismo na região Nordeste do Brasil, iniciado com o PRODETUR/NE I. O objetivo estratégico é consolidar, completar e complementar as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nessas áreas, em benefício da população local, antes de sua expansão para novos pólos. Assegurada a execução dessas ações, poderão ser realizados novos investimentos nos demais Municípios dos pólos já priorizados, bem como em outros pólos identificados em estudos de demanda regional.

O PRODETUR/NE II enfatiza a realização de ações, no âmbito estadual e municipal, voltadas para o fortalecimento da capacidade de gestão, além da infra-estrutura, objetivando compatibilizar a disponibilidade de serviços públicos com o crescimento esperado do turismo, nas áreas de intervenção.

**Quadro 17 – Metas do PRODETUR/NE II para 2005**

PRODETUR/NE II - METAS PARA 2005	
FÍSICAS	FINANCEIRAS
Implementar projetos dos contratos já assinados (RN e BA).	Contratar US\$ 34 milhões (financiamento + contrapartida) e realizar os primeiros desembolsos.
Concluir análise dos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS).	

Financeiramente, o Programa superou a meta prevista para 2005, contratando operações no valor de US\$ 60 milhões (financiamento). Complementarmente já tramitam na Secretaria do Tesouro Nacional – STN pedidos de novas operações de crédito que absorvem a totalidade dos recursos disponíveis do Programa. Os desembolsos foram iniciados, registrando-se um volume de aplicações de recursos do financiamento da ordem de US\$ 1,4 milhão.

Quanto ao cumprimento das metas físicas registra-se:

- Conclusão da análise de 12 PDITS, restando pendentes apenas 2 (Maranhão e Espírito Santo).
- Iniciada a execução das seguintes ações, os quais absorveram os recursos desembolsados do financiamento, mencionados anteriormente:
  - Projeto de capacitação empresarial e profissional da Costa do Descobrimento (BA);
  - Restauração do Palacete Catharino, futuro Museu Rodin, em Salvador (BA);
  - Projeto de fortalecimento institucional do órgão gestor de turismo do Estado da Bahia

Ao longo do ano de 2005, o Banco do Nordeste atuou diretamente junto às Unidades Executoras do Programa em cada Estado, disponibilizando consultores internos e externos para orientar os órgãos executores na preparação dos projetos prioritários de cada Estado e assim avançar na contratação dos subempréstimos e na execução dos subempréstimos já contratados.



### 3. PARÂMETROS E INDICADORES DE GESTÃO

#### 3.1. Gestão Econômico-Financeira

##### 3.1.1. Ativos Totais

Ao término de 2005, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um decréscimo de 4,4% em relação ao final de 2004. Essa variação decorreu, principalmente, da redução das disponibilidades do FNE, com o incremento das aplicações, do efeito da variação cambial, do reembolso de recursos ao FAT e ao BNDES e do pagamento de tributos já provisionados.

Apesar do ingresso de novos recursos oriundos do Tesouro Nacional e das receitas de encargos e de remuneração das disponibilidades, o total dos ativos do FNE decresceu 10,4%, em virtude da constituição, no último exercício, de provisões para risco de crédito, em obediência à Portaria Interministerial MF/MI No. 1-C, de 15.01.2005, que determinou o registro de provisões referentes às parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 180 dias relativos às operações do âmbito do FNE.

Quadro 18 – Ativos Globais

R\$ milhões

Discriminação	BNB		FNE	
	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005
Disponibilidades(*), Aplicações Interfinanceiras e TVM	8.666,2	8.076,5	3.967,1	3.817,6
Operações de Crédito	3.531,9	3.468,1	14.449,3	12.624,5
. Operações de Crédito	3.900,0	3.812,5	14.449,3	18.263,3
. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(368,1)	(344,4)	-	(5.638,8)
Relações Interfinanceiras, Outros Créditos e Outros Valores e Bens	816,2	876,4	106,1	150,5
Permanente	153,1	170,1	-	-
<b>Total</b>	<b>13.167,4</b>	<b>12.591,1</b>	<b>18.522,5</b>	<b>16.592,5</b>

(\*) Nas disponibilidades do BNB está incluído o disponível do FNE

**Quadro 19 – Mutações do Patrimônio Líquido do FNE**

<b>FNE</b>	<b>31.12.2004</b>	<b>31.12.2005</b>
<b>Patrimônio Líquido Anterior</b>	<b>15.583,76</b>	<b>18.522,53</b>
(+) Ingressos de Recursos	2.086,32	2.508,03
(+) Receitas de Operações de Crédito	883,37	1.330,26
. Receitas	1.261,11	1.529,26
. Rebates e Correção Monetária Negativa	(377,74)	(199,00)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(5.638,79)
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos	(0,32)	0,36
(+) Remuneração das Disponibilidades	561,85	660,24
(-) Taxa de Administração	(417,26)	(498,90)
(-) Remuneração do BNB sobre PRONAF	(6,53)	(25,10)
(-) Del Credere BNB	(108,25)	(173,13)
(-) Del Credere Outras Instituições	(1,84)	(2,38)
(-) Despesas com Auditoria	(0,02)	(0,02)
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(58,53)	(90,59)
<b>Patrimônio Líquido Atual</b>	<b>18.522,53</b>	<b>16.592,51</b>

**3.1.2. Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2005, correspondia a R\$ 7.380 milhões (R\$ 8.264 milhões em dezembro de 2004), apresentando a seguinte composição:

**Quadro 20 – Classificação da Carteira de Títulos**

R\$ milhões

	Valor Classificado	
	31.12.2004	31.12.2005
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>356</b>	<b>75</b>
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>356</b>	<b>75</b>
Notas do Banco Central	73	60
Notas do Tesouro Nacional	17	14
Letras Financeiras do Tesouro	266	1
<b>TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>	<b>3.737</b>	<b>3.787</b>
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>3.548</b>	<b>3.536</b>
Notas do Banco Central	152	91
Letras do Tesouro Nacional	39	0
Notas do Tesouro Nacional	94	40
Letras Financeiras do Tesouro	3.252	3.400
Títulos Públicos Federais – Outros	1	0
Títulos de Renda Fixa Outros/Outros	10	5
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>189</b>	<b>200</b>
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	1	1
Ações de Companhias Abertas	188	199
<b>Títulos Oferecidos em Garantia</b>	<b>-</b>	<b>51</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	51
<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>	<b>4.171</b>	<b>3.518</b>
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>4.171</b>	<b>3.518</b>
Letras Financeiras do Tesouro	4.169	3.515
Nota do Tesouro Nacional (NTN – P)	0	1
Cotas do Fundo de Investimentos Nordeste Empreendedor	2	2
<b>CARTEIRA TOTAL</b>	<b>8.264</b>	<b>7.380</b>

Desde o final de 2003, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários vem sendo classificada com os seguintes objetivos:

- Adequar o fluxo de caixa do BNB às novas políticas de concessão de crédito, possibilitando a contratação de operações de crédito ao amparo do FNE, sem que o Banco apresente problemas de liquidez quando da liberação de tais recursos para os tomadores dos créditos; e
- Proporcionar a flexibilidade necessária para auferir ganhos no mercado financeiro por meio de negociação dos títulos classificados nas categorias Títulos para Negociação e Títulos Disponíveis para Venda, contribuindo para o planejamento do resultado financeiro da Instituição.

Durante o exercício de 2005, para os papéis classificados na categoria “Títulos para Negociação”, foi registrado um ajuste negativo de R\$ 7,2 milhões, em função de deságio apresentado no período por esses ativos.

Em virtude do enquadramento de ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, foi registrado o valor de R\$ 46,0 milhões na conta “Ajuste a Valor de Mercado”, no Patrimônio Líquido do Banco.

Durante o exercício de 2005, não foram efetuadas reclassificações dos Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias acima, assim com não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Atendendo à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, o qual aponta disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração declara que o BNB tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

### 3.1.3. Operações de Crédito Globais

As operações de crédito globais acrescidas de outras rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam, em 31.12.2005, sem a dedução de provisões, R\$ 22.247 milhões, o que representa uma evolução, em 2005, da ordem de 20,6%. Em 31.12.2004, as operações da espécie representavam 67,9% dos ativos totais administrados pelo BNB. Em 31.12.2005, especialmente em função da expansão de 26,4% das operações de crédito no âmbito do FNE, os créditos globais passaram a representar 89,6% dos ativos consolidados. Os setores rural (com R\$ 14,3 bilhões) e industrial (R\$ 4,6 bilhões) respondem por 85% dos saldos totais de operações de crédito. A seguir, demonstra-se a composição da carteira de crédito administrada pelo Banco, por fonte de recursos, ao final dos dois últimos anos.

**Quadro 21 – Saldos de aplicações por fonte**

FONTE	R\$ milhões	
	31.12.2004	31.12.2005
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	14.449	18.263
Recursos Internos	1.245	1.546
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	874	691
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	726	508
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	555	461
Fundo de Terras/Reforma Agrária	187	234
Captações Externas (Câmbio)	134	215
Crediamigo(*)	112	126
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	81	80
INCRA - Conta Fundiária	56	58
Poupança BNB	9	41
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	8	8
Fungetur	4	2
BNDES-Finsocial, CEF, FINEP, Sudene, Sebrae e Outras	15	13
<b>TOTAL</b>	<b>18.454</b>	<b>22.247</b>

(\*) Programa que utiliza recursos do BIRD, BNDES e FAT

### 3.1.4. Recursos Totais

De 31.12.2004 a 31.12.2005, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um decréscimo de 5,2%, conforme o quadro seguinte.

## Quadro 22 – Recursos totais

	R\$ milhões	
	31.12.2004	31.12.2005
Depósitos à vista	240	127
. Finor	117	0
. Outros	122	127
Depósitos de poupança	396	447
Depósitos a prazo	2.015	1.840
. FAT	1.523	937
. Finor - Disponib.e Reinvestimentos Lei No. 8.167	0	181
. Outros	492	722
Depósitos Interfinanceiros e Outros	61	98
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.967	3.818
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.542	1.384
. BNDES e FINAME	1.193	986
. Outras Instituições	349	398
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	1.032	833
Obrigações por Empréstimos	226	315
Captações no Mercado Aberto	203	367
Recursos de Eurobônus	32	0
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	674	478
Passivos Contingentes	771	694
. FNE	554	531
. Causas Cíveis, Fiscais e Outras	125	45
. Causas Trabalhistas	92	119
Provisões Sociais e Estatutárias	44	0
Pagamentos a Efetuar	530	692
. Deliberação CVM 371 (Benefícios pós-emprego)	500	616
. Outros	30	76
Outras Obrigações	93	114
<b>Total das obrigações para com terceiros</b>	<b>11.826</b>	<b>11.209</b>
Resultados de Exercícios Futuros	1	2
Patrimônio Líquido	1.340	1.381
<b>TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB</b>	<b>13.168</b>	<b>12.591</b>
Recursos FNE (exceto Disponibilidades)	14.555	12.775
<b>TOTAL</b>	<b>27.723</b>	<b>25.366</b>

(\*) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste e Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste

Apresenta-se, a seguir, a evolução das disponibilidades do FNE, com uma redução, ao final de 2005, num percentual de 3,8% em relação ao final do exercício de 2004. Registre-se, contudo, que, do total de R\$ 3.818 milhões de disponibilidades, R\$ 2.167 milhões referem-se a valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, recursos a alocar num total de R\$ 1.621 milhões. Quando se compara a composição das disponibilidades de 2005, em relação a 2004, observa-se uma redução nos recursos ainda não comprometidos da ordem de 28,8%.

### Quadro 23 – Evolução das Disponibilidades do FNE

	R\$ milhões	
	2004	2005
<b>Disponibilidade no Início do Período</b>	<b>3.383</b>	<b>3.967</b>
Recursos a Alocar	2.896	2.277
Recursos Alocados	488	1.690
Ingressos	2.086	2.508
Remuneração (Extra-Mercado)	562	660
Reembolsos de Operações	535	926
Devolução Op. Convertidas pela Lei 10.464	-	337
Conversão de Operações Lei 10.696	(8)	(247)
Liberações de Operações	(2.045)	(3.642)
Taxa de Administração	(417)	(499)
Del-Credere BNB	(108)	(173)
Del-Credere Outras Instituições	(2)	(2)
Remuneração do BNB sobre PRONAF	(17)	(25)
Outras Receitas/Despesas (1)	(2)	7
<b>Disponibilidade no Final do Período</b>	<b>3.967</b>	<b>3.818</b>
Recursos a Alocar	2.277	1.621
Recursos Alocados	1.690	2.197

(1) Transferências de operações de outras fontes/Bônus outras fontes/Outros

### 3.1.5. Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2005, um Patrimônio Líquido de R\$ 1.380,8 milhões (R\$ 1.340,4 milhões, em 31.12.2004). A variação no PL é apresentada a seguir:

### Quadro 24 – Variação no Patrimônio Líquido

	R\$ milhões
Patrimônio Líquido 31.12.2004	1.340,4
Lucro Líquido do exercício	157,4
Ajustes de LPA	(100,7)
Distribuição de Dividendos	(29,4)
Ajustes de Títulos a valor de Mercado	9,4
Reserva de Reavaliação e Encargos Tributários	3,7
Patrimônio Líquido 31.12.2005	1.380,8

Ao término de 2005, o Capital Social elevou-se para R\$ 1.277 milhões (R\$ 1.228 milhões em 31.12.2004), em decorrência da incorporação de R\$ 49 milhões de Reservas de Lucros. Está representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

### Quadro 25 – Composição Acionária

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDESPAR	490.153.432	4.899.854.822	0,10	0,62
Outros (35.313 acionistas)	3.667.757.582	2.806.855.679	0,76	0,74
<b>TOTAL</b>	<b>484.847.755.344</b>	<b>385.171.267.230</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

### 3.1.6. Resultados

O lucro líquido do exercício de 2005 importou em R\$ 157,4 milhões, valor 3,5% superior ao apresentado em 2004 (R\$ 152,1 milhões). O lucro líquido por lote de mil ações que, em 31.12.2004, era de R\$ 0,17, passou, em 31.12.2005, a R\$ 0,18.

Do lucro líquido apurado em 2005, está sendo proposto o pagamento de dividendos no montante de R\$ 29.403 mil, os quais serão pagos da seguinte forma:

- As ações preferenciais farão jus a R\$ 0,0356 por lote de 1.000 ações, perfazendo um total de R\$ 13.712 mil;
- Às ações ordinárias serão pagos R\$ 0,0324 por lote de 1.000 ações, totalizando R\$ 15.691 mil.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o PL de 31.12.2005 foi de 11,4% a.a.. Esse índice foi de 11,35% a.a., em 31.12.2004. Quando calculada sobre o PL médio, a rentabilidade em 2005 é 12,21% a.a., enquanto que em 2004 foi de 11,34 % a.a.

#### Quadro 26 – Demonstração de resultados

R\$ milhões

	Exercício 2004	Exercício 2004 reclassificação	Exercício 2005
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<b>1.927,9</b>	<b>1.927,9</b>	<b>2.189,8</b>
Operações de Crédito	746,5	746,5	765,9
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.169,7	1.169,7	1.380,1
Resultado de Operações de Câmbio	15,9	15,9	25,2
Resultado das Aplicações Compulsórias	(4,1)	(4,1)	18,4
( - ) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<b>(1.333,7)</b>	<b>(1.333,7)</b>	<b>(1.524,5)</b>
Operações de Captação no Mercado	(307,5)	(307,5)	(355,6)
Operações de Empréstimos e Repasses	(854,6)	(854,6)	(870,7)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(171,6)	(171,6)	(298,2)
( = ) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<b>594,3</b>	<b>594,3</b>	<b>665,3</b>
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<b>(212,4)</b>	<b>(212,4)</b>	<b>(300,6)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	546,3	546,3	653,0
Despesas de Pessoal	(322,9)	(490,0)	(559,8)
. Proventos, Encargos e Benefícios	(322,9)	(322,9)	(387,6)
. Provisões Deliberação CVM 371 (Benefícios Pós-emprego)	-	(167,0)	(172,1)
Outras Despesas Administrativas	(321,6)	(321,6)	(365,8)
Despesas Tributárias	(69,9)	(69,9)	(85,3)
Outras Receitas Operacionais	479,9	479,9	728,3
Outras Despesas Operacionais	(524,1)	(357,1)	(671,2)
( = ) RESULTADO OPERACIONAL	<b>381,8</b>	<b>381,8</b>	<b>364,7</b>
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(4,0)	(4,0)	5,6
( = ) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<b>377,8</b>	<b>377,8</b>	<b>370,3</b>
( - ) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(212,5)	(212,5)	(205,5)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(74,1)
Ativo Fiscal Diferido	(212,5)	(212,5)	(131,4)
( - ) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	<b>(13,2)</b>	<b>(13,2)</b>	<b>(7,4)</b>
<b>( = ) LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>152,1</b>	<b>152,1</b>	<b>157,4</b>

O resultado do exercício de 2005 foi influenciado, principalmente, pelos seguintes fatores:

#### **Resultado da Intermediação Financeira**

- Operações de crédito – Em 2005, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízos no montante de R\$ 293,2 milhões (R\$ 193,8 milhões em 2004). Esse volume de recuperações em 2005 foi influenciado pela conversão de operações de crédito da carteira do BNB para o FNE, no montante de R\$ 177,5 milhões. As receitas de variação cambial em 2005 sofreram redução para R\$ 47,9 milhões (R\$ 69,5 milhões em 2004). Isso ocorreu por conta do comportamento das cotações da UC – BID: -17,12%, em 2005; -5,16%, em 2004. As despesas de variação cambial foram registradas na rubrica “Outras Despesas Operacionais” (vide tópico “4”, adiante). As receitas de correção monetária totalizaram, no exercício de 2005, R\$ 62,8 milhões (R\$ 114,5 milhões registrados em 2004). Isso se explica pelo comportamento do IGP-M: enquanto em 2004 houve uma variação positiva de 12,41% nesse indexador, em 2005 tal variação foi de somente 1,21%;
- Resultado de Operações com títulos e valores mobiliários - o resultado advém de uma carteira composta, na maior parte, por títulos públicos federais pós-fixados, que são atualizados pela taxa SELIC. Essa taxa, no exercício de 2004, se situou em um patamar médio de 16,25% a.a., enquanto, no exercício de 2005, essa média foi de 19,05% a.a., o que explica o acréscimo de rendas dessa carteira, apesar do volume de títulos e valores mobiliários ter apresentado uma redução de 10,70% (R\$ 8.264 milhões, em 31.12.2004, e R\$ 7.380 milhões, em 31.12.2005);
- Resultado de Operações de câmbio – o acréscimo nessa receita é decorrente, principalmente, da elevação do volume de operações de câmbio e do registro de receitas provenientes da desvalorização cambial no saldo das operações passivas;
- Resultado de Aplicações compulsórias - o resultado advém de uma carteira formada por valores vinculados junto ao Banco Central, os quais possuem rendimento influenciado pela taxa média SELIC, que variou de 16,25%, em 2004, para 19,05%, em 2005. Compõem também a carteira, créditos junto ao FCVS – Fundo de Compensação e Variações Salariais, constituídos com base na Cartacircular do Banco Central Nº 2.704, de 04.12.1996. Esses créditos que, em 2004, sofreram desvalorização acentuada em função do deságio praticado no mercado (45,6%), tiveram, em 2005, uma recuperação, passando o deságio para 42,2%;
- Operações de captação no mercado – a elevação nas despesas de operações de captação no mercado também se explica, tanto pela elevação da taxa SELIC, como pelo acréscimo no valor das captações, notadamente em Depósitos a Prazo junto a clientes e ao mercado, evoluindo para R\$ 703,1 milhões, em 31.12.2005 (R\$ 472,7 milhões, em 2004). Já a redução no saldo dos Depósitos junto ao FAT, que passou de R\$ 1.523 milhões para R\$ 937 milhões, não teve efeito significativo neste resultado, vez que maior parte dessa redução aconteceu apenas a partir de Outubro/2005.
- Provisões para devedores duvidosos – O acréscimo nessa rubrica em relação ao exercício de 2004 decorreu, especialmente, das provisões adicionais em decorrência do retorno, ao ativo do BNB, de operações anteriormente convertidas para a carteira do FNE. Esse retorno ocorreu em Abril/2005.



## Despesas Administrativas

A elevação nas Despesas de Pessoal, no exercício de 2005, se deveu, preponderantemente: aos efeitos do incremento de despesas com provisões de benefícios pós-emprego, relativas ao plano de saúde dos empregados (Deliberação CVM 371); aos benefícios decorrentes dos acordos salariais ocorridos em setembro de 2004 e setembro de 2005, incluindo especialmente reajustes salariais e elevação nas despesas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT; à ocupação de funções criadas pelo processo de reestruturação da Direção Geral, como decorrência da exigência pela segregação de atividades; e, ainda, a contratação de novos empregados. Destacam-se, do total de despesas de pessoal, aquelas que estão sendo diferidas em cumprimento à Deliberação CVM 371, referentes à previdência complementar, no volume anual de R\$ 73,2 milhões, nos últimos dois exercícios, as quais se reduzirão, a partir de 2007, para R\$ 26,5 milhões/ano, permanecendo nesse montante até 2010. No que tange ao grupo Outras Despesas Administrativas, as elevações mais relevantes foram por conta dos reajustes de contratos de preços administrados – água, energia e comunicações –, de serviços de terceiros, das despesas com tecnologia, e da realização de despesas com projetos de pesquisa – FASE/FUNDECI.

## Despesas Tributárias

As despesas tributárias do ano de 2005 foram 22,03% maiores do que as do ano de 2004, em virtude da elevação das bases de cálculo da COFINS (alíquota de 4%) e do PASEP (alíquota de 0,65%), que correspondem à Receita Bruta deduzida das Despesas de Captação e das Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento. O incremento na base de cálculo decorreu do crescimento do Resultado Bruto da Intermediação Financeira e das Receitas de Prestação de Serviços;

## Outras Receitas / Outras Despesas Operacionais

- Variação Cambial Negativa – Durante o ano de 2005, as principais moedas estrangeiras que indexam operações ativas e passivas do Banco sofreram variações negativas em suas cotações. A UC- BID apresentou variação de -17,12% em 2005, contra -5,16% em 2004. O dólar americano variou de -11,82% em 2005, contra -8,13% em 2004. Esse comportamento gerou, no exercício de 2005, um volume de receitas da ordem de R\$ 273 milhões decorrentes de variação cambial negativa de captações e um montante de despesas da ordem de R\$ 204 milhões decorrentes de variação cambial negativa de aplicações. Dessa forma, essas rubricas contribuíram com um impacto positivo de R\$ 69 milhões no resultado;
- Outras Receitas Operacionais – A receita de del credere de fundos administrados atingiu, em 2005, R\$ 173 milhões, valor 60% superior ao computado em 2004 (R\$ 108 milhões). Esse comportamento decorreu, especialmente, do acréscimo das aplicações em operações de crédito concedidas com risco compartilhado entre o Banco e o FNE. Os saldos de operações da espécie, em 2004 e em 2005, foram, respectivamente, R\$ 4.527,4 milhões e R\$ 6.862,49 milhões. Em 2005, as reversões de provisões operacionais totalizaram R\$ 143,9 milhões, com incremento de 148,6% em relação a 2004, quando somaram R\$ 57,9 milhões. Isso decorreu, principalmente, do retorno, ao ativo do BNB, de operações anteriormente convertidas para a carteira do FNE;
- Outras Despesas Operacionais – os efeitos mais significativos foram decorrentes do seguinte:

- Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais – Em 2005, o BNB registrou provisões para fazer face aos riscos com operações do FNE, num total de R\$ 121 milhões, valor superior ao verificado no ano de 2004, quando as despesas de provisões com operações do FNE foram menores, totalizando apenas R\$ 6,4 milhões, em virtude das renegociações com base na Lei 10.696. A partir de janeiro de 2005, as contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e outras classificadas como de risco provável passaram a ser aprovisionadas integralmente. As causas classificadas como de risco possível e remoto, cujos montantes estão demonstrados na Nota Explicativa nº 20, não são passíveis de provisão. Também foi aprovisionado, no ano de 2005, um total de R\$ 29 milhões para fazer face ao pagamento, determinado pelo Tesouro Nacional, das parcelas que venceram em 1997 e 1998 relativas a operações de crédito securitizadas e alongadas com base na Lei No. 9.138. Esse montante de provisões somado às relativas ao Plano de Cargos e Salários (R\$ 14,5 milhões) afetou a rubrica “Demais Provisões Operacionais” em R\$ 43,5 milhões;
- Ajustes e Regularizações – A regularização do registro de operações anteriormente renegociadas com base em cartas reversais sensibilizou, de forma negativa, a rubrica “Encargos de Operações de Crédito” no valor de R\$ 43,5 milhões;
- Operações ativas indexadas ao IGP-M - Geração de despesas - No período de maio a setembro de 2005, o IGP-M acumulado apresentou variação negativa de 2,16%, fazendo com que as operações ativas gerassem, no período, um impacto negativo no resultado do Banco da ordem de R\$ 18,8 milhões.

### Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro fiscal de 2005 gerou provisão para Imposto de Renda de R\$ 54,3 milhões e de Contribuição Social de R\$ 19,8 milhões. Não obstante referidas provisões terem se comportado dentro da normalidade histórica do Banco, cumpre destacar a influência sobre elas do pagamento dos Autos de Infração imputados pela Receita Federal durante o ano de 2005, no total de R\$ 418,6 milhões. Isto porque os R\$ 110,9 milhões de juros SELIC de atualização dos tributos cobrados tornaram-se dedutíveis na base de tributação de 2005, reduzindo-a sobremaneira, de forma a representar uma economia da ordem de R\$ 26,4 milhões nos dois tributos.

### Ativo Fiscal Diferido

O Ativo Fiscal Diferido teve a seguinte movimentação durante o ano de 2005:

**Quadro 27 – Ativo Fiscal Diferido**

Discriminação	Diferenças temporais (R\$ Milhões)	
	Imposto de renda	Contribuição Social
Saldo inicial em 31.12.2004	170,6	61,4
(+) Constituição de Créditos	-	-
(-) Realização de Créditos	(96,6)	(34,8)
Saldo final em 31.12.2005	74,0	26,6

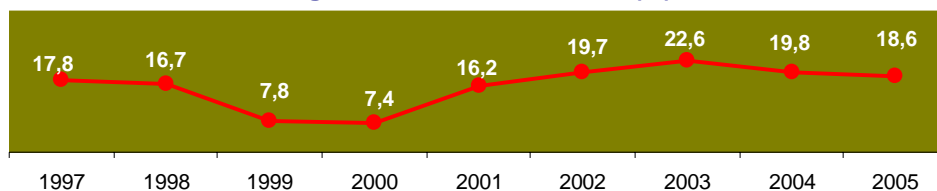
O Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporais tem como base de cálculo as provisões sobre créditos de liquidação duvidosa. A reversão do período decorreu do enquadramento de operações de crédito nos parâmetros de dedução fiscal, ou porque as

operações atingiram o número de dias vencidos ou por se ter iniciado o processo de cobrança judicial. Nesse sentido, é relevante esclarecer que, em 2005, a Superintendência Jurídica ajuizou grande número de operações para o recebimento de créditos e implementou melhorias no controle dos registros destes ajuizamentos. Além disso, desde janeiro de 2005, o Banco não vem mais constituindo Ativo Fiscal Diferido sobre novos aprovisionamentos para créditos de liquidação duvidosa.

### 3.1.7. Índice de Adequação Patrimonial

Em 31.12.2005, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste alcançou 18,6% (19,8%, em 31.12.2004), com o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 1.380 milhões (R\$ 1.340 milhões, em 31.12.2004). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 814,9 milhões.

Figura 4 - Índice de Basileia (%)



### 3.1.8. Valor Adicionado

No exercício de 2005, o BNB produziu R\$ 821,7 milhões de valor adicionado, ou seja, de riqueza líquida gerada para a sociedade. Tal valor foi 11,7% superior aos R\$ 735,6 milhões gerados em 2004.

Do valor adicionado produzido no exercício de 2005, 62,4% foram destinados à remuneração da força de trabalho e aos encargos sociais correspondentes (62,7% em 2004). As provisões decorrentes da Deliberação CVM No. 371 e relativas aos benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria e pensão e de assistência médica) representavam, no exercício de 2004, 22,7% do valor adicionado gerado. Em 2005, passaram a corresponder a 21% da riqueza produzida. A União foi beneficiária de 20,4%, em 2005, sob a forma de impostos, taxas e contribuições: 17% (15,2% em 2004) e dividendos: 3,4% (6,6% em 2004). O restante da riqueza produzida foi destinado ao pagamento de aluguéis: 1,5% em 2005 (1,4% em 2004) e à retenção de lucros: 15,6% em 2005 (13,5% em 2004).

**Quadro 28 – Demonstração do resultado do valor adicionado**

R\$ milhões

<b>DVA</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>	
RECEITAS	2.565,9		3.073,0	
Intermediação Financeira	2.407,8		2.918,1	
Prestações de Serviços	546,3		653,0	
Provisão para Devedores Duvidosos	(171,6)		(298,2)	
Não-operacionais	(216,6)		(199,9)	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.162,1)		(1.226,3)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(653,7)		(1.008,1)	
Materiais, energia e outros	(349,6)		(790,9)	
Serviços de terceiros	(93,7)		(104,4)	
Perda/Recuperação de valores ativos	(210,4)		(112,8)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	750,1		838,6	
RETENÇÕES	(14,5)		(16,9)	
Depreciação, amortização e exaustão	(14,5)		(16,9)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	735,6		821,7	
Pessoal e encargos	461,0	62,7%	513,1	62,4%
- Proventos, encargos e benefícios	294,0	40,0%	340,9	41,5%
- Provisões (Deliberação CVM 371)	167,0	22,7%	172,2	20,9%
Impostos, taxas e contribuições	112,0	15,2%	139,3	16,9%
Aluguéis	10,5	1,4%	11,9	1,5%
Dividendos	52,7	7,2%	29,4	3,6%
- União	48,8	6,6%	27,7	3,4%
- Outros	3,9	0,5%	1,7	0,2%
Lucros retidos	99,4	13,5%	128,0	15,6%

### 3.2. Gestão Orçamentária

Em conformidade com a legislação vigente, especialmente a relacionada com o plano plurianual e as diretrizes específicas, a programação orçamentária do Banco do Nordeste, de natureza governamental, para o exercício de 2005, contemplou o Programa de Dispêndios Globais - PDG e o Orçamento de Investimentos.

#### 3.2.1. PDG - Ocorrências na Programação e Realização dos Recursos

No que se refere aos recursos, o orçamento do PDG teve uma margem de realização de 100,5%, conforme a tabela seguinte.

**Quadro 29 - Orçamento de Recursos – 2005**

R\$ milhões

<b>RECURSOS</b>	<b>PREVISTOS</b>	<b>REALIZADOS</b>	<b>% REALIZAÇÃO</b>
Recursos de Empréstimos de Longo Prazo	470,4	104,8	22,3%
Operações de Créditos Internas	41,5	51,3	123,6%
FINAME/BNDES	1,5	1,3	86,7%
Banco da Terra	40,0	50,0	125,0%
Operações de créditos Externas	127,4	53,5	42,0%
Operações através da Res. 63	301,5	-	0,0%
Depósitos	291,7	365,4	125,3%
Receitas	3.556,0	3.581,0	100,7%
Recursos do FNE	2.205,0	2.508,0	113,7%
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>6.523,1</b>	<b>6.559,2</b>	<b>100,5%</b>

A previsão de recursos de longo prazo não se concretizou pelos motivos seguintes, dentre outros:

- a) Não se confirmou o ingresso de recursos, nos níveis previstos, para o Programa Crediamigo, provenientes do BIRD e BID-PEM. Isso ocorreu, principalmente, porque se optou por outras fontes de financiamento;
- b) Os recursos externos captáveis por intermédio da Resolução 63 não ingressaram no BNB, pois dependiam de lançamento de Eurobônus no mercado internacional. Como, em 2005, as condições de prazo e taxas não foram compatíveis com as estratégias de atuação do Banco nas captações em moeda estrangeira, as previsões do PDG não se confirmaram.

### 3.2.2. PDG - Ocorrências na Programação e Realização das Aplicações

No que diz respeito às aplicações de recursos, atingiu-se um percentual de realização de 89,8%, conforme se demonstra na tabela seguinte.

**Quadro 30 - Orçamento de Aplicações - 2005**

R\$ milhões			
APLICAÇÕES	PREVISTAS	REALIZADAS	% REALIZAÇÃO
Amortização de principal e correção monetária/cambial	392,0	341,9	87,2%
Investimentos no Ativo Imobilizado	74,5	33,1	44,4%
Outros Dispêndios de Capital	-	29,4	
Dividendos	-	29,4	
Dispêndios Correntes	3.486,5	3.612,2	103,6%
Pessoal	345,7	340,3	98,4%
Locação de Equipamentos de Processamento de Dados (aluguéis)	16,2	16,5	101,9%
Serviços de terceiros	240,0	220,9	92,0%
Utilidades e serviços	34,4	35,6	103,5%
Tributos e encargos parafiscais	306,2	290,8	95,0%
Juros e outros	1.708,0	1.972,6	115,5%
Outros dispêndios correntes	836,0	735,5	88,0%
Aplicações em Op. de Crédito	4.663,5	3.723,7	79,8%
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES</b>	<b>8.616,5</b>	<b>7.740,3</b>	<b>89,8%</b>

O item "Investimentos no Ativo Imobilizado" do PDG corresponde ao Orçamento de Investimentos da Instituição, cujos projetos estão especificados no quando abaixo.

**Quadro 31 - Orçamento de Investimentos – 2005**

R\$ milhões			
PROJETOS/AÇÕES	PREVISTOS	REALIZADOS	VARIAÇÃO
Modernização de agências	41,5	21,0	50,6%
Manutenção da infra-estrutura de atendimento	12,9	4,3	33,6%
Manutenção de bens imóveis	5,8	1,8	30,3%
Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	3,4	3,1	89,9%
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	3,4	2,9	85,5%
Instalação de agências	7,4	-	0,0%
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>74,4</b>	<b>33,1</b>	<b>44,5%</b>

As inversões previstas tiveram um percentual de realização de 44,5%. Dentre os motivos para a não conclusão do total dos investimentos, os mais relevantes são:

- Em março/2005, a Diretoria do BNB determinou alterações no processo de modernização das agências, de modo que todos os projetos não contratados até aquela data fossem agrupados para contratação por meio de um processo licitatório, cujos primeiros resultados definitivos ocorreram em novembro/2005. Por conta disso, a previsão de conclusão dos projetos de reforma e modernização de boa parte das agências passou para 2006;
- Foram adiados alguns projetos previstos para Direção Geral, dentre eles o projeto de segurança física do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, que previa a realização de elevados valores.
- Não foram instaladas novas agências em 2005, tendo em vista que os estudos de potencialidade dos municípios sede das novas agências, somente foram concluídos no final do ano de 2005.
- Os gastos previstos no item “Juros e Outros” ficaram acima do previsto em função da aplicação da nova metodologia de devolução de dos recursos ao CODEFAT, valores que se encontravam disponíveis no banco.

### **3.3. Gestão de Pessoas**

O Acordo Coletivo 2004-2005 contemplou avanços no processo de negociação dentre os quais destacamos:

- o pagamento da PLR - Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2004, cujo pagamento da 2ª parcela ocorreu em maio/2005;
- o desenvolvimento de um Plano de Previdência Complementar – Modalidade CD, para atender aos funcionários não contemplados com o benefício atual;
- manutenção das seguintes Comissões Paritárias: CIN-PESSOAL, responsável pela revisão do normativo interno de RH; Passivo Trabalhista, com vistas à resolução de ações trabalhistas de caráter coletivo; Plano de Carreira e Remuneração, responsável pela conclusão da proposta de implantação desse novo plano.

No final de 2004, foi aprovado um novo sistema de dotação de hora-extras para o ano de 2005, abrangendo cerca de 150 Unidades.

Em 2005, mais 152 (cento e cinquenta e dois) funcionários ingressaram no ensino superior mediante acesso ao Investimento Educação, proporcionado pelo Programa de Educação Corporativa. Para os eventos de Pós-Graduação, proporcionou-se a iniciação de 80 (oitenta) funcionários em programas de Especialização, 87 (oitenta e sete) em programas de MBA e 10 (dez) em programas de Mestrado, totalizando 177 (cento e setenta e sete) novas oportunidades. No caso da pós-graduação, destacam-se as parcerias com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), para a realização da II Turma de Especialização em Administração Financeira, e com o Banco do Brasil, no desenvolvimento e execução do MBA em Negócios Financeiros.

No segmento de Educação Profissional, foram oferecidas 8.947 (oito mil novecentas e quarenta e sete) oportunidades de treinamento em sala de aula e 5.076 (cinco mil e setenta e seis) oportunidades em cursos disponibilizados na modalidade à distância (Comunidade Virtual de Aprendizagem), totalizando 14.023 (quatorze mil e vinte e três) oportunidades para um corpo funcional de 4.408 (quatro mil quatrocentos e oito) funcionários, resultando numa média de 3,2 oportunidades por funcionário.

Destaca-se que 365 (trezentos e sessenta e cinco) funcionários das agências que desempenham atividades relacionadas à distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e

derivativos, iniciaram programa de treinamento para obtenção da certificação estabelecida pela Resolução nº 3.158 do CMN, de dezembro de 2003.

No ano de 2005 foram realizadas variadas ações de incentivo à cultura de hábitos e práticas saudáveis, como as campanhas educativas de prevenção às doenças, os atendimentos ambulatoriais e psicossociais e o incentivo à prática de atividades que resultem na melhoria da saúde e qualidade de vida.

Dentro do Programa de Assistência aos Funcionários, foram implementadas ações de inclusão e acompanhamento aos 21 funcionários portadores de necessidades especiais, no intuito de promover condições adequadas de trabalho. Além desses, 49 funcionários também foram acompanhados dentro do Programa de Atendimento Psicossocial.

Em consonância com a Lei nº 10.097, de 19.12.2000, que trata da aprendizagem profissional, o Programa Jovem Aprendiz foi ampliado, oferecendo 25 (vinte e cinco) oportunidades de aprendizagem profissional para adolescentes de baixa renda nas Unidades de Fortaleza (CE), 06 (seis) nas Unidades de Teresina (PI), 08 (oito) nas Unidades de São Luis (MA), 01 (uma) na Unidade de Vitória da Conquista (BA), 10 (dez) na cidade de Aracaju (SE), promovendo desse modo a inclusão social e exercício de cidadania de jovens.

Egressos da seleção externa realizada em 2004 para o suprimento de vagas para o cargo de Assistente Administrativo, foram convocados ao todo 944 (novecentos e quarenta e quatro) candidatos para as vagas existentes nas unidades dos 11 (onze) estados de atuação do Banco. Além desses, tomaram posse, ainda, 15 (quinze) trainees provenientes do concurso ocorrido em 2002.

Dentro do processo de suprimento interno para os diversos espaços organizacionais, foram realizadas 22 (vinte e duas) concorrências para o suprimento de 107 (cento e sete) vagas em 17 ambientes da Direção Geral.

Ressalta-se a retomada da concessão da Comenda “Escudo de Ouro” com a entrega de 3.441 (três mil quatrocentas e quarenta e uma) comendas aos funcionários do Banco.

### **3.4. Gestão Logística**

A gestão dos recursos logísticos tem sua operacionalização a partir da integração dos subprocessos de licitações e contratos, serviços de engenharia e arquitetura, gestão do patrimônio, produção de serviços gráficos e serviços terceirizados de mão-de-obra e de documentação.

#### **3.4.1. Modernização de instalações**

Em 2005, o Banco do Nordeste realizou intervenções em suas instalações prediais com base em visitas realizadas por técnicos, solicitações pontuais das unidades, súmulas de auditorias e discussão de prioridades com as superintendências estaduais. Esta ação permite uma elaboração mais criteriosa da Programação de Investimentos do Exercício, que compõe o Programa de Dispêndios Globais (PDG), e a redução de demandas por manutenção, minimizando controles e custos com instalações prediais.

#### **3.4.2. Alienação de bens**

O Banco do Nordeste doou 2.794 bens em 2005, compreendendo móveis, máquinas e equipamentos, incluindo 320 microcomputadores não utilizados pelo Banco, beneficiando 122 entidades de utilidade pública e sem fins lucrativos.

A alienação por meio de vendas possibilitou ao Banco se desfazer de 47 itens, entre imóveis rurais/urbanos e móveis, máquinas e equipamentos. Apesar das alienações, a carteira de bens não de uso próprio cresceu, no ano, 19,6%, resultado da entrada de 126 itens. Visando à aceleração do desfazimento de bens de uso não próprio, o Banco aprovou, no exercício, proposta administrativa que possibilita a implantação de sistemática de leilões por Estado, bem como formalizou com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) parceria para negociação de 26 imóveis já incorporados ao patrimônio da Empresa.

No que diz respeito a bens de uso considerados obsoletos, foi realizado leilão público e ofertados aproximadamente 8,5 mil bens, entre os constantes do Ativo Permanente e outros de origens diversas (materiais elétricos, hidráulicos, sanitários, divisórias, sucatas, etc.), e vendidos mais de 5,8 mil bens, representando 68% dos itens disponíveis.

### **3.4.3. Licitações e contratos**

Foram concluídos 201 processos licitatórios durante o exercício, ensejando a formalização de 453 contratos (incluídos os processos de dispensa e inexigibilidade). A modalidade de licitação “pregão” foi a mais adotada (118, no total) porque permite uma maior celeridade, e enseja um momento de negociação de preços, agregando maior qualidade ao processo de aquisição de bens e serviços. Essa modalidade permitiu a redução de 18% nos valores contratados por meio de pregões.

### **3.4.4. Produção gráfica**

Em 2005, o BNB produziu, por meio de sua gráfica, localizada na Direção Geral da Empresa, 4,8 milhões de exemplares de publicações de diversos tipos, como livros, livretos, cartazes, folders, jornais, formulários etc., no valor total de R\$ 1.384,4 mil.

A produção de serviços da gráfica atende ao Banco na impressão de peças promocionais dos diversos programas e produtos oferecidos, além dos formulários necessários à execução dos serviços das agências e Direção Geral. O Banco também imprime em seu parque gráfico obras científicas e relacionadas ao desenvolvimento regional e dá apoio gráfico a eventos relacionados com sua área de atuação.

Os custos unitários dos trabalhos gráficos de uso do Banco e de terceiros apresentaram redução de 15% em 2005. A despesa média por item produzido foi de R\$ 0,29, contra R\$ 0,34 no ano anterior, evidenciando melhor aproveitamento relativo de recursos.

## **3.5. Gestão do Risco**

### **3.5.1. Gestão do Risco de Crédito**

O Banco do Nordeste conta com o Ambiente de Cadastro e Risco de Crédito, unidade administrativa dedicada ao gerenciamento das atividades ligadas ao risco de crédito, compreendendo a gestão do cadastro de clientes, a revisão e desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e concessão de limites e a gestão da classificação de risco dos clientes e suas operações.

A realização de qualquer operação de crédito com risco para o Banco é condicionada ao seu amparo em um limite, cuja apuração é feita pelas instâncias técnicas, com base em modelos específicos, de acordo com a atividade e porte do cliente, e cujo deferimento ocorre por meio de comitês constituídos especificamente para esse fim.



Dando continuidade aos importantes avanços alcançados na gestão de risco de crédito no Banco do Nordeste durante o ano de 2004, foram implementadas em 2005, as seguintes melhorias:

- reestruturação do modelo de LRC – Limite de Risco para Cliente, contemplando a definição do fluxo do processo de concessão dos limites e a revisão da composição geral do portfólio, buscando a simplificação do processo e o aperfeiçoamento da metodologia de cálculo;
- aperfeiçoamento da sistemática de apuração e de aprovação pela Diretoria dos limites de risco para instituições financeiras, com a utilização dos serviços da empresa de rating MOODY'S;
- introdução, no Ambiente de Cadastro e Risco de Crédito, da atividade de tradução e análise cadastral de demonstrativos financeiros e de relatórios internacionais, por ocasião do cadastramento de clientes estrangeiros, melhorando a qualidade das informações cadastrais e das avaliações de risco;
- centralização dos registros de gravames de veículos alienados ao Banco no Sistema Nacional de Gravames – SNG, melhorando o controle dessas garantias;
- desenho do fluxo do Processo de Avaliação de Risco Cliente, em atendimento às recomendações do BACEN e do Projeto Basiléia II; e
- definição de modelo de risco específico para avaliação de clientes de grande porte e de operações estruturadas, aperfeiçoando o processo de avaliação de risco e a análise de pleitos referentes a esse segmento.

### **3.5.2. Gestão dos Riscos Operacionais**

Em 2005, o Banco do Nordeste criou em sua estrutura organizacional a Superintendência de Controles Internos, Segurança e Riscos Operacionais, responsável por desenvolver estratégias para monitorar, controlar e reduzir os riscos operacionais, definir e gerenciar as ações de segurança corporativa e implementar controles internos em todas as unidades do BNB.

Criado pelo Banco do Nordeste em dezembro de 2004, o Projeto Basiléia II – Gestão dos Riscos Operacionais iniciou suas atividades ainda naquele mês, com objetivo de adequar o BNB às exigências previstas no Acordo de Basiléia II. Foi definida uma metodologia, priorizando a identificação das fragilidades existentes nos diversos processos da instituição, a adoção de mecanismos de mitigação dos riscos e a implementação de indicadores chaves de riscos, e capacitados diversos funcionários representantes dos diversos ambientes da Direção Geral do Banco.

Em 2005, foi iniciado o mapeamento de 47 processos operacionais, tendo sido concluídos dez até o final do exercício, estando os demais em andamento. Para aqueles concluídos, o Banco iniciou a fase de implementação das ações de mitigação.

Paralelo aos trabalhos, foi desenvolvido um sistema de recuperação de informações contábeis com o objetivo de construir uma base de dados de perdas decorrentes de risco operacional, com as características necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências, visando à adoção de mecanismos de controle para evitar repetições de perdas.

O BNB iniciou estudos de avaliação da necessidade de capital para fazer face ao risco operacional e solidificar na instituição a necessidade de gerenciamento constante desse tipo de risco, em cumprimento ao Acordo de Basiléia II.

### **3.5.3. Gestão do Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez incorrido pelas atividades do Banco do Nordeste é realizado pela unidade de controladoria da Empresa, sob a forma de

acompanhamento de oscilações em taxas de juros, índices (de ações, de inflação etc.) e moedas (câmbios e outros indexadores) que podem influenciar o valor do patrimônio do BNB. Na gestão desse risco o BNB utiliza mecanismos como VaR (Value at Risk), Duration global de ativos e passivos, por carteira, título e indexador, previsões de fluxos de caixa e saldos globais das carteiras administradas, apontando eventuais descasamentos por moedas.

### **3.6. Gestão dos Controles Internos**

De acordo com as definições da Resolução no 2554, do Banco Central, no que se refere à revisão e atualização periódica dos controles, a equipe responsável pelos controles internos do BNB verificou, em 2005, a conformidade da totalidade das propostas de abertura de crédito de valor superior a R\$ 50 mil. Aquelas propostas de valor inferior foram analisadas por amostragem, na forma de uma proposta por agência a cada mês. No total, foram analisadas 3.177 propostas, que somam um montante de R\$ 3 bilhões, correspondendo a 50% do valor contratado pelo Banco durante o exercício. Também foram criticados 8.622 cadastros de clientes.

A conformidade do processo de abertura de conta-corrente foi verificada também por meio de amostragem, escolhendo-se aleatoriamente uma proposta de pessoa física e outra de pessoa jurídica por agência a cada semana. Foram analisadas 1.930 aberturas de conta-corrente de pessoas físicas e jurídicas durante o ano.

Também foi objeto de análise legal-normativa, 56 operações do BNDES garantidas pelo Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), o que corresponde a 37% de total.

O processo de verificação de conformidade efetivado pelo BNB no período obedeceu às definições da Resolução nº 2554, do Banco Central, no que se refere à revisão e atualização periódica dos controles internos.

No ano de 2005 o Banco Central registrou 45 Ocorrências de Reclamações, Atendimentos e/ou Denúncias direcionadas ao BNB. Todos os registros foram respondidos ao BACEN.

#### **3.6.1. Combate à Lavagem de Dinheiro**

A prevenção à lavagem de dinheiro no BNB é realizada por meio do monitoramento de transações realizadas, observando-se a Lei 9.613 e os atos normativos emanados do Banco Central do Brasil. As transações em contas-correntes ou poupança recebem atenção especial, sendo as movimentações em espécie de valor maior ou igual a R\$ 100 mil identificadas de forma centralizada e informadas automaticamente ao Banco Central. As de valor inferior a R\$ 100 mil, mas com indícios de burla ao sistema, são selecionadas para análise, aplicadas as críticas e, se for o caso, também comunicadas ao Banco Central, de acordo com os normativos vigentes.

Durante o ano de 2005 foram analisadas 545 transações em contas correntes e poupança, tendo sido registradas 157 ocorrências ao Banco Central.

Durante o exercício, a Diretoria do BNB aprovou as políticas e normas internas sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. Com o intuito de capacitar o corpo funcional sobre o tema, o Banco oferece curso específico, e também, inseriu o assunto sob forma de disciplina nos cursos de caixas-executivos, formação bancária e integração de novos funcionários. Paralelamente, foi elaborada uma Cartilha de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a ser distribuída com todos os colaboradores.

### **3.7. Gestão da Segurança Corporativa**

A estrutura administrativa montada pelo BNB para cuidar da segurança corporativa da Instituição empreendeu iniciativas objetivando a preservação da integridade física dos funcionários e a integridade financeira do patrimônio do Banco, a exemplo de definição de modelo-padrão de cofres de numerários, implantação de sistemas de alarmes, monitoração visual das dependências da Empresa e apoio a eventos estratégicos, como a visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Banco.

O BNB vem envidando esforços no sentido de consolidar na cultura interna da Empresa hábitos de segurança entre seu corpo de funcionários e colaboradores. Em 2005, foram ministrados cursos de educação em segurança para gestores, bolsistas e trabalhadores terceirizados, bem como disponibilizado conteúdo na Comunidade Virtual de Aprendizagem sobre o tema.

## **4. MEDIDAS ADOTADAS**

---

### **4.1. Conclusão da implementação do projeto Modelo de Agências**

Com o objetivo de estabelecer um padrão de excelência na qualidade dos serviços prestados pelo Banco do Nordeste aos seus clientes, o Projeto Modelo de Agências concluiu a implantação das 180 agências em junho de 2005.

Com fim de consolidar os trabalhos realizados, o Modelo de Agências conta com a abordagem do Programa de Consultoria Integrada, que consiste na melhoria contínua da dinâmica de funcionamento das agências, envolvendo os temas relacionados a Estratégias, Processos, Pessoas e Estruturas, realizado de forma presencial nas unidades, por meio da atuação de facilitadores da Direção Geral e de assessores das Superintendências.

A metodologia utiliza exposições dialogadas, casos práticos, trabalhos em grupo, estudos dirigidos e geração de agendas de compromissos. Ressalta-se que os desdobramentos dos trabalhos de consultoria contam ainda com a articulação e o acompanhamento dos gestores da agência e assessores da Superintendência Estadual.

### **4.2. Projeto Dimensionamento de Mercado – Expansão da Rede de Agências**

O Banco do Nordeste possui 180 agências para atender 1.985 municípios, em média 11 municípios por agência. De 2002 a 2005 obteve um crescimento no seu volume de operações em 1.882%.

Com relação aos seus principais concorrentes, o Banco possui uma rede de agência ainda reduzida, principalmente se for levada em consideração à concorrência com dois outros bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, os quais atendem a mesma quantidade de municípios com 1.054 agências e 334 agências, respectivamente. Além disso, sabemos que está previsto, para esses bancos uma expansão de suas redes.

Nesse contexto, o Banco definiu como uma de suas estratégias, o crescimento do Banco na área comercial, o que exigirá maior capilaridade. Outrossim, sabemos que na área de atuação do Banco, ainda existem mercados dinâmicos que recebem uma cobertura de mercado insuficiente, devido à ausência de pontos de atendimento permanentes, como também muitas de nossas agências atendem a grandes áreas geográficas, casos freqüentes na Bahia e Maranhão, acarretando o não aproveitamento de negócios potenciais e gastos elevados com deslocamentos.

Diante disso, a dinâmica econômica dos municípios e o surgimento de novos pólos econômicos demandam a adequação da atual rede de agências do Banco (relocalização, abertura de novos pontos, etc).

Para atingir esse objetivo, a metodologia escolhida e utilizada para identificação novos pontos consistiu na contratação de consultoria especializada em geoprocessamento de informações mercadológicas – Urban Systems que já fez trabalhos similares para outras instituições financeiras.

O trabalho envolveu a mensuração da qualidade de mercado existente em cada um dos 1.985 municípios da área de atuação do Banco, utilizando metodologia (IQM) desenvolvida pela consultoria Urban Systems. Referida metodologia adota parâmetros e variáveis definidas pela Área de Suporte Estratégico do Banco.

Como resultado desse trabalho foram identificadas 44 localidades para instalação de novas agências, que na sua grande maioria são municípios que atualmente não possuem agências do Banco do Nordeste.

### **4.3. Atualização da Política de Financiamento do Banco**

Como banco de fomento ao desenvolvimento regional é fundamental manter atualizada a política de financiamento do Banco, alinhada à dinâmica e necessidades da sua área de atuação, tendo como base o diferencial do Banco em termo de conhecimento da economia regional e sua articulação com os atores que fazem essa realidade.

Nesse sentido, em 2005 foi atualizada a Programação Anual do FNE, como parte do processo contínuo de aperfeiçoamento dos programas da principal fonte de recursos do Banco, tendo sido ampliados limites de financiamento, contempladas novas finalidades e atividades e também a participação das Superintendências Estaduais e parceiros públicos e privados em cada estado para identificação de áreas, atividades econômicas e metas de aplicação. Ao longo do ano, segmentos como Turismo, Mamona-Óleo-Biodiesel, Cana-de-açúcar e Derivados, Carcinicultura e Pecuária tiveram também revistos parâmetros de financiamento, ajustando melhor a ação de financiamento ao perfil desses segmentos na região. Agregue-se também a ampliação da atuação na Política Ambiental para Financiamentos, com orientação intensa à rede de agências na estruturação do controle interno para aplicação dessa Política.

Em 2005 a Área iniciou também a produção de documentos referenciais de apoio às Políticas de Financiamento do Banco, contemplando o perfil da situação atual, distribuição territorial, tendências e orientações para a atuação do Banco. Foram inicialmente produzidos documentos relativos a Indústria Química; Moveleira; Cerâmica Vermelha; Papel e Celulose; Gesso; Sal; Mamona e Biodiesel, Soja, Milho, Apicultura, Piscicultura, Carcinicultura, Indústria Têxtil, Indústria de Confecções, Meios de Hospedagem, Flores, Economia da Cultura e Serviços de Saúde, Artesanato, Bananicultura, Citricultura, Rochas Ornamentais, Serviços de Transporte.

Além de estudos técnicos e do acompanhamento da ação de financiamento junto aos territórios e cadeias produtivas, a atualização das políticas de financiamento do Banco têm como importante subsídio a participação da Área em câmaras setoriais e técnicas junto a Ministérios como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-SEAP, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, Ministério da Integração-MI, Ministério do Turismo e Ministério da Cultura. Destaque-se, ainda, que a participação em câmaras setoriais e técnicas, reuniões de trabalho e projetos conjuntos constitui papel de articulação e representação institucional do Banco e da Região junto ao Governo Federal.

### **4.4. Política de Desenvolvimento Territorial**

Em 2005 foi implantada a estratégia de Desenvolvimento Territorial do BNB, calcada na atuação dos agentes de desenvolvimento em 130 territórios delimitados, focando a estruturação econômica de aglomerações produtivas com parceiros e a ampliação do acesso ao crédito nos territórios. Ao final do ano, 540 aglomerações produtivas priorizadas, urbanas e rurais, envolvendo mais de 150 mil agentes produtivos realizavam agendas de trabalho em parceria com instituições públicas e privadas, tendo sido sinalizadas demandas para as agências do BNB de mais de R\$ 100 milhões, principalmente de produtores e empresas de pequeno porte atuantes nos territórios.

Integra também a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB o apoio à execução de políticas públicas, fator de ampliação do acesso ao crédito dos produtores e empresários de pequeno porte. Nesse sentido, foi firmada em julho/2005 cooperação com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

objetivando a viabilização de mutirões institucionais nos municípios para emissão gratuita de documentação civil para agricultoras. Ao final de dezembro, os mutirões realizados a partir de articulação dos agentes de desenvolvimento junto a parceiros do Banco viabilizaram 68,6 mil atendimentos de documentação além de orientação para o crédito, tendo contribuído para a expansão em mais de 40% do volume financiado a agricultoras.

#### **4.5. Implantação das Unidades de Recuperação de Crédito - URC's**

Uma importante medida implementada com vistas à redução da inadimplência foi a criação das Unidades de Recuperação de Crédito – URC's, em Montes Claros e em cada uma das capitais dos Estados da Região Nordeste, num total de 10 URC's.

Tais Unidades receberam para formação de sua carteira as operações de crédito que registravam atraso superior a sessenta dias e cujo saldo líquido era igual ou superior a R\$ 200 mil, na posição 31.dez.2005.

Ao final do exercício de 2005, todas as URC's estavam devidamente implantadas, em avançado processo de transferência das operações que passarão a compor o Ativo das respectivas Unidades.

#### **4.6. Conversão de Operações**

Outra ferramenta utilizada pelo Ambiente foi à conversão de operações rurais para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, conforme prevê o Art. 8º da Lei 10.696 e o Art. 10 da Resolução 3.163 do Conselho Monetário Nacional.

Nesse sentido, a partir de jun/2005, vem sendo desenvolvido um trabalho intensivo junto às Agências, cuja aferição de resultados é acompanhada diariamente, tendo o Banco atingido, em 31.12.2005, um volume convertido equivalente a R\$ 255 milhões.

#### **4.7. Melhorias nos Produtos e Serviços Bancários**

Em 2005 foram iniciadas medidas de revisão do processo e de criação de ferramentas de apoio para permitir alavancar ainda mais os negócios do crédito comercial e oferecer produtos e serviços bancários mais competitivos aos clientes. Dentre os projetos iniciados em 2005 podemos citar:

- Implantação de novo sistema operacional para o crédito comercial abrangendo as contas garantias, CDC, capital de giro, desconto e cobrança simples (ainda não concluído).
- Leitora de cheques para custódia e desconto através da automação bancária com transmissão para o sistema de cobrança (concluído).
- Simplificação do processo de crédito comercial (concluído).
- Implantação do correspondente bancário (ainda não concluído)
- Implantação do Compartilhamento de Rede entre o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil (ainda não concluído)
- Implantação do cartão de crédito (ainda não concluído).
- Treinamento de pessoal de todas as agências no produto cobrança e desconto (concluído).
- Implantação no novo modelo de seguridade: título de capitalização, seguro e previdência privada (ainda não concluído)

- Expansão do horário de atendimento dos terminais de auto-atendimento nas agências (ainda não concluído).

#### **4.8. Encarteiramento de Clientes**

Em 2005, houve a conclusão do processo de implantação do modelo de gerenciamento de clientes, em parceria com outras áreas, abrangendo todas as agências do Banco.

Com isso, foi realizado o acompanhamento permanente das Carteiras de Clientes de Médio e Grande Porte, no total de 45 Carteiras, com geração de relatório mensal de acompanhamento para a Diretoria do Banco.

#### **4.9. Ações desenvolvidas pela Área Jurídica**

No período de 01.01.2005 até 31.12.2005, foram ajuizadas pela Área Jurídica 4.848 ações de recuperação de crédito, envolvendo 6.823 operações, com o objetivo de reaver o valor líquido de R\$ 696.904.056,03 em créditos inadimplidos.

Foi iniciado o Projeto de Criação do Sistema de Informação para Consultoria e Assessoria Jurídica do Banco, que irá sistematizar a emissão de pareceres e a consultoria da Área Jurídica, dinamizando o seu atendimento e criando um Banco de Dados para consultas.

Além disso, constará no referido programa, uma Biblioteca de Jurisprudências de relevância para o Banco, onde serão tratados inclusive temas relacionados à reavaliação de provisões para passivos contingentes.

A previsão para disponibilização do sistema é para Abril de 2006.

Tem-se a ressaltar a solução definitiva de alguns casos que permitiram significantes reduções de perdas financeiras para o Banco, com a efetivação de vários acordos judiciais de natureza trabalhista, dentre os quais destaca-se o pagamento da ação de promoções do Ceará, Vitória da Conquista e Itapetinga-BA, das ações relativas às URP'S, e, especialmente, o acordo nos autos da reclamação trabalhista aforada pelo Sindicato dos Bancários de Sergipe em que se discutia os Planos Verão e Bresser, cujo acordo homologado pela Justiça ficou em R\$ 16,0 milhões contra uma execução que ultrapassava os R\$ 550,0 milhões.

Foi realizado trabalho pelo Banco a fim de solucionar a situação de pendências fiscais que impediram, durante vários meses, a emissão de Certidão de Regularidade Fiscal do Banco pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Como resultado desse esforço, que envolveu, dentre outras providências, a adoção de medidas administrativas e judiciais, o Banco conseguiu, em novembro de 2005, obter a referida Certidão, bem como se ver excluído do CADIN, o que lhe permitiu a concretização de importantes contratações junto à Administração Pública, além do recebimento de significativas quantias que por esta lhe eram devidas.

## 5. SITUAÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS

### 5.1. BID (Prodetur I, Prodetur II, PEM e CrediAmigo)

Quadro 32 – BID – PRODETUR I

BID (Prodetur I)	Valor (UC Mil)	Valor (R\$ Mil)
Saldo em 31.12.2004	231.182,34	1.019.734,64
Ingressos em 2005	1.792,70	7.046,43
Encargos Contabilizados	-	(124.444,19)
Pagamento de Principal	15.250,40	56.928,86
Pagamento de Encargos	9.859,41	36.915,73
Saldo em 31.12.2005	217.724,65	808.492,29

Quadro 33 – BID – PRODETUR II, PEM e CrediAmigo

BID (Prodetur II, PEM e CrediAmigo)	Valor (USD Mil)	Valor (R\$ Mil)
Saldo em 31.12.2004	-	-
Ingressos em 2005	8.982,87	20.997,21
Encargos Contabilizados	-	398,27
Pagamento de Principal	-	-
Pagamento de Encargos	0,59	1,58
Saldo em 31.12.2005	8.982,87	21.401,12

### 5.2. BIRD – Contrato N. 4554-BR

O contrato firmado com o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, em 03 de agosto de 2000, no valor de U\$ 50 milhões, e taxa de juros Libor (360 dias) + Spread (definido semestralmente), foi o seguinte o fluxo financeiro em 2005:

Quadro 34 – BIRD

BIRD	Valor (US\$ Mil)	Valor (R\$ Mil)
Saldo em 31.12.2004	19.922,48	53.302,39
Ingressos em 2005	10.047,92	25.464,69
Encargos Contabilizados	-	(6.310,95)
Pagamento de Encargos	622,45	1.519,41
Saldo em 31.12.2005	29.970,40	70.936,71



### 5.3. Eurobônus/ Euroyenes

Com relação às captações ocorridas dentro do Medium Term Notes Program, o último ingresso de recursos data de 07 de março de 1997, estando o fluxo financeiro demonstrado abaixo:

**Quadro 35 – Eurobônus / Euroyenes**

Descrição	Euroyenes (JPY Mil)	Eurobônus (US\$ Mil)	Total (R\$ Mil)
Saldo em 31.12.2004	-	11.720,00	31.963,47
Ingressos em 2005	-	60,00	155,42
Encargos Contabilizados	-	-	427,57
Pagamento de Principal	-	11.780,00	31.052,08
Pagamento de Encargos	-	566,91	1.494,38
Saldo em 31.12.2005	-	-	-

### 5.4. Crediamigo

**Quadro 36 – CrediAmigo – Demonstrativo do Fluxo Previsto e Realizado**

Valores em US\$ Mil

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo Contratado (ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de Recursos		
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
Empréstimo Banco Mundial IBRD 4554-BR	70.263,9	29.970,4	23.521,2	Comissão de Crédito	67,9	434,4
				Juros	622,5	1.736,6
				Amortização	-	-
ANUAL	-	10.047,9	8.145,5	Total	690,4	2.171,0

## **6. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS**

---

### **6.1. Fundos Administrados**

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), órgão do BNB, gerencia o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE e o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR. Cabe ressaltar como uma das principais atividades desempenhadas para gerenciar estes fundos, em 2005, a elaboração e o lançamento do AVISO/ ETENE/ FUNDECI.01/ 2004, a contratação dos projetos aprovados no Aviso de 2003 e o acompanhamento técnico-financeiro dos projetos, a análise de projetos sócio-econômicos de interesse do Banco além da contratação de projetos sociais ligados a comunidades carentes.

Em 2005, foi assinado convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e o Banco do Nordeste, objetivando a viabilização do programa de apoio a projetos produtivos solidários na região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo. Referido programa contará com recursos de R\$ 4,8 milhões, sendo: R\$ 3,5 milhões provenientes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), à conta dos recursos alocados ao Tesouro Nacional, desembolsado em três parcelas de R\$ 500 mil (orçamento de 2005), R\$ 1,0 milhão (orçamento de 2006) e R\$ 2,0 milhões (orçamento de 2007) e contrapartida do BNB de R\$ 1,3 milhão.

A seguir, apresenta-se as principais ações relacionadas aos fundos administrados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE:

#### **6.1.1. Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI**

A cooperação técnico-científica entre o BNB e a comunidade científica da Região se consolidou através da criação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, em 20.01.1971, mediante a Resolução nº 2.231. Ao longo de sua existência, o FUNDECI alocou, no financiamento da pesquisa científica e tecnológica, cerca de R\$ 181,4 milhões, financiando um total de 1.296 projetos (posição de dezembro/2005).

Entre os objetivos do FUNDECI cabe destacar:

- Implementação de pesquisas econômicas, agronômicas e tecnológicas que apresentem interesse para o desenvolvimento agrícola e industrial do Nordeste.
- Formação e treinamento de pessoal técnico, em níveis de especialização e pós-graduação, em áreas de conhecimento relacionadas com o processo de desenvolvimento do Nordeste.
- Estímulo à elaboração de dissertações e teses sobre assuntos relacionados diretamente com os aspectos sócio-econômicos do Nordeste, por graduados de qualquer nacionalidade em universidades brasileiras e estrangeiras, que se habilitem à obtenção do título de Ph.D ou equivalente.
- Absorção de conhecimentos técnico-científicos criados ou desenvolvidos no Brasil ou no Exterior, mediante a contratação de especialistas para atuarem nas áreas econômica, agronômica e tecnológica.

Dentre as pesquisas financiadas pelo FUNDECI, destaca-se o setor primário da economia, principalmente atividades agropecuárias adaptadas às condições do semi-árido. Além

do incentivo à inovação, o FUNDECI tem apoiado a difusão científica, e ainda o desenvolvimento tecnológico industrial da Região, através da implantação ou ampliação de incubadoras e parques tecnológicos.

O FUNDECI financia pesquisas com recursos não-reembolsáveis mediante o lançamento público anual de Aviso, de forma a estruturar a demanda e seleção dos projetos, além de conferir maior visibilidade aos recursos alocados ao fundo, tornando-o mais acessível às instituições de pesquisa de toda a Região. O Aviso estabelece o prazo para apresentação das propostas de pesquisa, bem como determina as áreas prioritárias a serem financiadas em função da política operacional do Banco. As sugestões apresentadas pelos Estados integrantes da área de atuação do BNB são consideradas quando da formulação da programação anual. Após o recebimento das propostas, os projetos são analisados e selecionados por comitê técnico do ETENE. A demanda por recursos do FUNDECI tem sido competitiva, de forma que mérito, qualidade dos projetos e obediência às diretrizes do Aviso representam requisitos essenciais para a aprovação das demandas.

O foco dos projetos apoiados pelo FUNDECI permanece sendo o desenvolvimento da Região e tem evoluído no sentido de incentivar a participação do setor produtivo e de todas as parcerias que otimizem a utilização dos recursos disponíveis. Busca-se, assim, a valorização de pesquisas inovadoras, com alto teor tecnológico e que possuam reconhecida importância para o aproveitamento dos recursos regionais e o incremento de negócios.

Diante do cenário que se desenhou com a criação dos fundos setoriais, decidiu-se por uma maior concentração dos temas. Para a escolha desses temas, foram levados em consideração objetivos fundamentais do desenvolvimento regional, tendo por base questões ligadas ao fortalecimento do semi-árido, à diversificação das áreas de monocultura, à elevação da disponibilidade e eficiência no uso dos recursos hídricos, ao maior aproveitamento das energias alternativas de fontes renováveis, ao incremento da aquicultura e da pesca, à preservação e recuperação do meio ambiente, ao desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico e valor agregado, dentre outros. Adicionalmente, foram utilizados indicadores, tais como as cadeias produtivas regionais, as atividades constantes dos Programas Estaduais de Exportação - PEE e o atendimento às necessidades locais suficientemente identificadas, inclusive com a participação de diferentes entidades desde Secretarias de Estado, Centros de Pesquisa da Embrapa até Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Ao se analisar os objetivos do FUNDECI, pode-se perceber claramente dois intuitos que apontam a agudez de propósitos do Banco, ao criar o Fundo: a ênfase à aplicabilidade da pesquisa (inovação tecnológica) e à absorção de novas tecnologias (transferência tecnológica). Como é próprio da área científica, pesquisadores das mais diferentes instituições, individualmente ou em grupo, dedicam-se a uma imensa variedade de temas e/ou produtos, muitos dos quais ainda nem chegaram ao mercado.

A dotação destinada pelo o Banco para o FUNDECI, em 2005, no montante de R\$ 8 milhões, será aplicada em 2006 uma vez que o recebimento das propostas e pré-seleção dos projetos do Aviso/ETENE/FUNDECI.01/2005 serão efetivadas no exercício de 2006.

Os recursos disponibilizados para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, em 2005, totalizaram R\$ 11,7 milhões, sendo: R\$ 3,7 milhões de saldos de exercícios anteriores (posição de 31/12/2004) e R\$ 8,0 milhões da dotação disponibilizada pelo Banco para 2004.

Em 2005, foram financiados pelo FUNDECI 112 projetos distribuídos por toda a área de atuação do BNB, num montante de R\$ 4,9 milhões e provisionados R\$ 5,8 milhões.

### **6.1.2. Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE**

O Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – FASE foi instituído pela Resolução 3.666, de 21.02.1980. Este fundo conta com recursos aprovados, a cada ano, pela Assembléia Geral Ordinária (A.G.O.) do BNB, mediante proposta do ETENE à Diretoria.

Ao longo de sua existência, o FASE alocou um total de R\$ 9,4 milhões, beneficiando 239 projetos.

De acordo com a Resolução 3.666, os objetivos do FASE são:

- Realização de pesquisas em áreas de interesse do Banco e que não se enquadrem nos objetivos do FUNDECI;
- Desenvolvimento de atividades que visem à promoção e divulgação de oportunidades de investimento no Nordeste e a realização de campanhas para captação de incentivos fiscais;
- Promoção de simpósios, seminários e exposições relacionadas com atividades de interesse do Banco;
- Edição e co-edição de obras técnicas, científicas ou culturais, bem como divulgação e promoção da distribuição dessas obras, desde que as mesmas estejam ligadas a áreas de interesse do Banco;
- Promoção das exportações nordestinas;
- Assistência técnica e gerencial a pequenas e médias empresas da Região e a cooperativas de produtores.

Em 2005, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 2,9 milhões, correspondendo a R\$ 0,9 milhão de saldos de dotações anteriores e R\$ 2,0 milhões da dotação de 2004 para contratação no exercício de 2005.

Do valor disponível para 2005, foram contratados 47 projetos no valor total de R\$ 1,3 milhão. Entre esses, há destaque para aqueles cujo âmbito de atuação ou impacto atinge todo o Nordeste, representando 71,9% dos recursos aplicados.

### **6.1.3. Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR**

O Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR – foi criado pelo Decreto Federal, DF-94.386, de 28.02.1987, tendo sido regulamentado em 2003.

Até o presente, o FDR aplicou o montante da ordem de R\$ 9,0 milhões, beneficiando 114 projetos.

Os objetivos do Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR, compreendem:

- Apoiar programas e projetos visando prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes, localizadas na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.
- Financiar atividades ou programas específicos, voltados ao fomento da economia do Nordeste.

Para 2005, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões, sendo R\$ 0,4 milhão de saldos de exercícios anteriores e R\$ 2,0 milhões referente à dotação aprovada em 2004.

No exercício de 2005, foram contratados 22 projetos em vários Estados da região, além de ações abrangentes para todo o Nordeste. Foram, ao todo, R\$ 1,4 milhão destinado a iniciativas de desenvolvimento local, estudos sócio-econômicos, fundo rotativo solidário e outras ações voltadas para a melhoria das condições de vida de comunidades.

Registra-se ao final do ano uma provisão de R\$ 2,0 milhões que se destinam a projetos em análise pela equipe técnica do Banco.

## **7. CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE**

### **7.1. Identificação**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado - CNPJ nº 07.273.140/0001-99, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como patrocinadores o Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB, Patrocinador-Fundador; a Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB – CAMED; e a própria CAPEF.

Seu objetivo principal é assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores retromencionados, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

### **7.2. Demonstrativo Anual**

#### **7.2.1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes**

**Quadro 37 – CAPEF – Folha de pagamento**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$ Milhões)</b>
Despesas com benefícios de Aposentadoria	182,6
Despesas com benefícios de Pensão	12,6
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>195,2</b>

#### **7.2.2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes**

**Quadro 38 – CAPEF – Contribuições pagas**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Contribuições sobre Benefício Normal	55,2
Contribuições sobre Passivo Financeiro	10,4
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>65,6</b>

#### **7.2.3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora**

No exercício de 2005 os valores pagos pela patrocinadora foram de R\$ 55,2 milhões.

#### **7.2.4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora**

No exercício de 2005 a patrocinadora aportou R\$ 56,2 milhões decorrentes do contrato celebrado em 30.12.2003, com a CAPEF.

#### **7.2.5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições**

Em 30.12.2003 a CAPEF celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil, concernente à parcela de responsabilidade desse patrocinador-fundador, em função do Acordo proposto para o alcance do equilíbrio atuarial da Caixa. Por meio desse contrato, o BNB reconheceu a dívida de R\$ 238,7 milhões. Ao longo do exercício de 2004, este valor foi atualizado pela taxa equivalente à meta atuarial da CAPEF (variação do INPC, acrescida de 6% a.a.), sendo pago em janeiro/2004 o montante de R\$ 139,2 milhões e restando o saldo de R\$ 112 milhões da dívida contratada.

Ao longo dos exercícios de 2004 e 2005, este valor foi atualizado pela taxa equivalente à meta atuarial da CAPEF (variação do INPC, acrescida de 6% a.a.), em observância ao disposto na CLÁUSULA 2.2.B DO INSTRUM. PARTIC. COMPROM. BNB X CAPEF- 29/12/03, a saber:

O saldo remanescente, será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e iguais, atualizada pela taxa equivalente à meta atuarial da CAPEF (variação do INPC, acrescida da taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), vencendo a primeira em 31.01.2005 e as demais no último dia útil dos meses subseqüentes.

No exercício de 2005 o BNB amortizou um total de R\$ R\$ 56,2 milhões. A dívida contratual do Banco importava, em 31.12.2005, o valor de R\$ 62,7 milhões, que será quitado em 12 (doze) parcelas mensais, com a última vencendo em 29.12.2006.

## 7.2.6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Quadro 39 – CAPEF – Aplicações

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO % CAPEF EM DEZ/2005	PARTICIPAÇÃO CAPEF EM DEZ/2005 (EM R\$ MIL)	RES.3121	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF EM 2005	
			TETO	INFERIOR	SUPERIOR
			(%)	%	%
Renda Fixa	74,64	1.142.254,7	100	65	100
Baixo Risco de Crédito	74,37	1.138.173,1	100	65	100
Médio e Alto Risco de Crédito	0,27	4.081,6	-	-	5
Renda Variável (1)	11,64	178.085,4	50	0	15
Ações em Mercado	11,61	177.690,5	50	0	15
Participações	0,03	394,9	20	0	1,5
Outros Ativos	-	-	3	-	-
Imóveis (2)	8,71	133.307,5	14	0	10
Em Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Aluguéis e Renda	6,87	105.073,9	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-
Outros	1,84	28.233,6	-	-	1
Empréstimos/ Financiamentos	5,02	76.793,6	15	0	15
Empréstimos	4,41	67.448,7	-	0	15
Financiamentos	0,61	9.344,9	Até 10%	-	2

### Observações Resolução 3121:

(1) Limites Máximos Res. 3121: Novo Mercado: 50% (2) 14% em 2003, 2004 e 2005  
 Nível 2: 50% 11% em 2006, 2007 e 2008  
 Nível 1: 45% 8% em 2009 em diante  
 Nenhum dos níveis: 35%

## 7.2.7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Em 10/03/2006, por meio do expediente CAPEF/DIRET/2006-0121, anexo 1, a CAPEF encaminhou à Secretaria de Previdência Complementar as Demonstrações Contábeis de 31.12.2005, em atendimento ao disposto na Resolução nº5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução nº10, de 05 de julho de 2002.

## 7.2.8. Parecer da Auditoria Independente

Ver anexo 2.



## **8. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO**

---

O Banco do Nordeste conta com 18 cartões de crédito corporativos para despesas de representação efetuadas por seus Administradores. Utilizam os cartões de crédito o Presidente, os seis Diretores, o Chefe do Gabinete da Presidência e os dez Superintendentes Estaduais.

### **8.1. Total de despesas realizadas mediante o uso de cartões de crédito**

O total de despesas pagas em 2005 mediante o uso de cartões de crédito foi de R\$ 90,28 Mil.

### **8.2. Total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito**

Não foram realizados saques através dos cartões de crédito.

### **8.3. Série histórica de gastos com cartões de crédito**

A disponibilização de cartões de crédito aos Administradores ocorreu em 2004. A primeira fatura foi paga em julho. Portanto, os valores gastos em 2004 referem-se apenas ao segundo semestre.

**Quadro 40 – Série histórica dos gastos com cartões de crédito**

<b>Ano de pagamento da fatura</b>	<b>Valor (R\$ Mil)</b>
2003	-
2004	37,5
2005	90,3

## **9. CONTEÚDO ESPECÍFICO DA UNIDADE**

---

Segue em anexo o Relatório de Acompanhamento das Atividades do Sistema de Controles Internos atinente ao 1º semestre (anexo 3). O Relatório do 2º semestre foi elaborado e encontra-se pendente de aprovação pelos Colegiados do Banco.

## **10. CONCLUSÃO**

---

Com estas informações e atendendo ao requerido pelas normas vigentes, formalizamos o Relatório de Gestão do Banco do Nordeste referente ao exercício de 2005, com a certeza de termos atendido aos princípios que norteiam a boa gestão de recursos públicos e de termos contribuído significativamente para cumprir os objetivos de governo visando ao desenvolvimento nacional equilibrado.

Fortaleza – CE, 15 de março de 2006

Roberto Smith  
Presidente

## **ANEXOS**

---